



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 025 - SÁBADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	2º - João Durval - (PDT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rego Eduardo Braga Gilvam Borges Waldeimir Moka Ricardo Ferrão Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	PSDB - 10 Líder Alvaro Dias - PSDB PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti DEM - 5 Líder José Agripino - DEM (2)
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rego

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 3 e 4, de 2011	05109
2 – ATA DA 17ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 2, de 2011.....	05110
Recebimento do parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2007.	05110
2.2.2 – Comunicação	
Do Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, comunicando a aprovação do Requerimento nº 8, de 2011-CRA (Ofício nº 6/2011, de 24 do corrente).....	05110
2.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADORA ANGELA PORTELA – Anúncio de propostas para o desenvolvimento do Estado de Roraima, principalmente relativas à educação; e outros assuntos.....	05110
2.2.4 – Comunicação	
Da Liderança do PSDB e do Democratas no Senado Federal, informando a formação do bloco composto pelos dois partidos (Ofício nº 31/2011, de 10 do corrente).	05112
2.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Comemoração em razão dos resultados econômicos alcançados pelo Governo do Estado do Paraná; e outros assuntos.....	05112
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre a necessidade de o parlamentar, no exercício de seu mandato, desenvolver suas atribuições constitucionais de fiscalização dos agentes públicos; e outros assuntos.....	05114
SENADORA ANA AMELIA – Registro da rea-	
lização da 21ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz	
da safra 2010/2011, na cidade de Camacuã/RS; e outros assuntos.	05123
2.2.6 – Comunicação da Presidência	
Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 1º de março próximo, terça-feira, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz.	05125
2.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro da inauguração hoje da sede da Associação dos Municípios do Acre; e outros assuntos.	05125
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Defesa da implantação de uma área de livre comércio em Roraima; e outros assuntos.	05129
2.2.8 – Comunicação da Presidência	
Publicação dos ofícios das Lideranças partidárias referentes às indicações dos membros para composição das Comissões permanentes do Senado Federal.	05152
2.2.9 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ALVARO DIAS – Registro do editorial intitulado “A trajetória do PT”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 17 do corrente.....	05160
SENADOR RENAN CALHEIROS – Comentários sobre o impacto sócio-econômico dos programas bolsa família, luz para todos e minha casa minha vida no Nordeste.....	05162
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES	
Atas das 1ª, 2ª e 3ª Reuniões Preparatórias e da 1ª Sessão Extraordinária, em 1º, 2 e 3 de fevereiro de 2011, e publicadas no Diário do Senado Federal nº 9, de 2, 3 e 4 do corrente.....	05163
Ata da 3ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de fevereiro de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 11, do dia subsequente.....	05170
Ata da 4ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 8 de fevereiro de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 12, do dia subsequente.....	05175

Ata da 8ª Sessão, Não Deliberativa, em 14 de fevereiro de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 16 , do dia subseqüente.....	05186
4 – ATOS ADMINISTRATIVOS	
4.1 – PORTARIA DO PRESIDENTE	
Nº 17, de 2011	05187
5 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO	
5.1 – OFÍCIO DO GRUPO BRASILEIRO NO PARLAMENTO LATINO AMERICANO	
Nº 45, de 2011	05188
<u>SENADO FEDERAL</u>	
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)	
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)	
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	
Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)	
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)	

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 512, de 25 de novembro de 2010**, que “Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 25 de fevereiro de 2011.

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 513, de 26 de novembro de 2010**, que “Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, acresce o Porto do Pólo Industrial de Manaus no item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 25 de fevereiro de 2011.

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 17ª Sessão, Não Deliberativa em 25 de fevereiro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Mozarildo Cavalcanti, da Sra Angela Portela e do Sr. Aníbal Diniz

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 25 minutos encerra-se às 11 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 2, de 2011**, do Senador Roberto Requião, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da indicação de autoridades pelas comissões.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência recebeu da Comissão de Educação, Cultura e Esporte parecer sobre o **Projeto de Resolução nº 24, de 2007**, do Senador Paulo Paim, que institui Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante.

Antes de publicar o citado parecer, a Presidência despacha o Projeto à Comissão Diretora, visando à unificação de distribuição de proposições referentes ao mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 6/2011 – CRA

Brasília, 24 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, foi aprovado, em 23 de fevereiro corrente, o Requeri-

mento nº 8, de 2011 – CRA, de criação de Subcomissão Temporária destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Senador **Waldemir Moka**, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, como primeira oradora inscrita, à Senadora Angela Portela, do PT do nosso Estado de Roraima.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sras Senadoras, tenho alguns compromissos que, acredito, podem apontar os caminhos para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Roraima, sem prejuízos para a conservação do meio ambiente e com respeito à diversidade cultural da nossa população.

Entre esses compromissos, destaco um trabalho que já venho realizando desde a Câmara Federal para a melhoria da qualidade da educação brasileira, das creches até a universidade, com destaque para a ampliação de vagas e melhorias na estrutura do ensino técnico.

Entre essas nossas propostas para o Estado de Roraima, no âmbito dos grandes investimentos que o Brasil receberá nos próximos anos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, está o projeto Década do Turismo, que tem como objetivo profissionalizar e expandir a atividade em Roraima, especialmente o turismo de aventura, ecológico e de negócios/eventos.

Este projeto se sustenta num princípio fundamental, que é a formação e qualificação da mão de obra em toda a cadeia do turismo, desde os agentes de viagem até policiais, guias, taxistas, pessoas da hotelaria e do ramo de alimentação.

Para isso, defendemos o envolvimento dos setores públicos e privados, numa parceria com as instituições do Sistema S, as universidades, institutos federais, Estados e Municípios, entidades de classe e, naturalmente, os próprios empresários e trabalhadores.

Para minha felicidade, Sr. Presidente, em sua primeira fala à Nação em cadeia de rádio e TV, a nossa Presidenta Dilma Rousseff destacou como uma das primeiras ações do seu Governo a implantação do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), a ser lançado agora em março.

Em linha com as propostas que apresentamos ao povo do Estado de Roraima, o Pronatec pretende ampliar a oferta de vagas na educação profissional para jovens do ensino médio e trabalhadores sem formação.

Concebido em formato semelhante ao ProUni, o Pronatec permitirá também aos jovens do ensino médio particular o acesso ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

São duas iniciativas importantes para ampliar a formação da mão de obra, num momento especial da economia brasileira, em que o crescimento da oferta de empregos impõe a necessidade de um amplo programa de formação e qualificação de novos trabalhadores.

Com juros mais baratos e maior tempo de carência, o novo Fies é mais um dos instrumentos para estimular a expansão das vagas no ensino médio profissionalizante.

Para os jovens dos cursos de licenciatura que, após formados, decidirem trabalhar em escolas públicas, a dívida com o Fies poderá ser perdoada, conforme o período que ele permanecer no emprego. E os alunos que antes precisavam de um aval para acessar o Fies, a partir de agora terão o próprio governo como fiador.

São aspectos importantes, iniciativas elogiáveis do Governo que se inicia para acelerar o processo de formação dos nossos jovens, principalmente naquelas áreas mais demandadas pelo mercado de trabalho.

Considero relevante a disposição do Governo de usar a estrutura do Sistema S para alavancar o Pronatec. Isso seria feito por meio da antecipação da receita para que as entidades do Sistema S, especialmente o Senai, construam novas escolas e ampliem a oferta de vagas sem ônus para o trabalhador.

Utilizar a rede de escolas vinculadas ao Sistema S e oferecer recursos para que jovens de baixa renda possam ingressar no ensino médio profissionalizante são iniciativas para reforçar a persistente política de valorização do ensino técnico, iniciada no Governo Lula com o Plano Nacional de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Isso permitiu a criação de 214 novas escolas técnicas federais em todo o País, um crescimento de 150%, passando de 160 mil para 500 mil alunos matriculados, de 2003 a 2010.

Em Roraima, tínhamos, no início do Governo Lula, uma única escola técnica federal, hoje transformada em Instituto Federal de Roraima, com sede em Boa Vista, e unidades descentralizadas nos Municípios de Caracaraí e Amajari.

Esta última, aliás, fruto do trabalho que realizei junto à direção do Instituto Federal de Roraima e ao Ministério da Educação para atender a uma comunidade cuja principal fonte de renda é a agropecuária, a agricultura familiar e o turismo.

Quero, inclusive, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade para anunciar à população de Boa Vista que já estamos articulando com o Ministério da Educação, em parceria com a direção do Instituto Federal de Roraima, a implantação de mais um **campus** em Boa Vista, que será localizado no bairro Pintolândia, um dos mais carentes da nossa capital.

Esta nova escola técnica federal em Boa Vista está de acordo com a intenção do Governo da Presidenta Dilma de levar o ensino médio técnico e profissionalizante para as regiões mais necessitadas e de contribuir para a formação de trabalhadores, inclusive com cursos de menor duração.

Resgatar a educação brasileira, Sr. Presidente, é um projeto a ser construído no dia a dia por todos os setores da sociedade, tendo o Governo como definidor de rumos. É isto que vem ocorrendo nos últimos anos e a que, felizmente, será dado continuidade com o Governo da Presidenta Dilma.

O Brasil tem pela frente grandes desafios com a renovação da infraestrutura do País, com grandes obras viárias, construção de estádios e outras instalações para eventos esportivos. É um crescimento sem precedentes no ramo de moradia, transporte, geração de energia, produção de alimentos e combustíveis, entre outras atividades.

Sr. Presidente, nos últimos dias, reiteradas reportagens nos meios de comunicação mostram as dificuldades que alguns setores enfrentam para encontrar trabalhadores com a formação adequada para as vagas oferecidas.

Já sabíamos que, para cada ano a mais de estudo, um trabalhador brasileiro tem um acréscimo de até 15% em sua renda. Pesquisa divulgada esta semana trouxe mais uma informação relevante para entendermos a importância de estimular a melhor qualificação dos novos trabalhadores: o desemprego entre aqueles com formação superior é a metade da taxa verificada para o

total da economia. Entre os profissionais formados nas universidades, só 3,2% estão desempregados.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui expressar o meu apoio irrestrito à iniciativa da Presidenta Dilma de lançar agora em março o Pronatec.

Tenho certeza de que, associando-se a esse esforço nacional para melhorar a formação de nossos trabalhadores, poderemos fazer muito também pela economia do meu Estado de Roraima, investindo na educação e na preparação dos nossos jovens para este novo mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e exigente.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Angela, é um prazer ouvi-la, estando presidindo esta sessão. A ênfase que V. Ex^a dá à educação é corretíssima, não só porque V. Ex^a é professora, mas porque eu acho que todo homem público tem de pensar assim. E tenho certeza de que, com relativamente pouco investimento, tanto do Governo Federal quanto estadual, nós podemos transformar o nosso Estado, que tem pouca população, em um Estado modelo nessa área. Parabéns, portanto.

Concedo a palavra, neste instante, ao próximo orador inscrito, Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná.

Antes que o Senador Requião comece a fazer uso da palavra, comunico que a Presidência recebeu, nos termos regimentais, informação do PSDB e do Democratas sobre a formação de bloco composto pelos respectivos partidos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 31/11-GLPSDB

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, temos a honra de informar à Vossa Excelência a formação do bloco composto pelos partidos PSDB e DEM.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB – **José Agripino**, Líder do DEM.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Senador Mozarildo, que, nesta manhã de sexta-feira, preside o nosso Senado Federal, festejo

hoje números magníficos da economia do meu Estado, o Estado do Paraná. É o resultado de um Governo com uma boa administração tributária e um vezo popular indiscutível.

Estamos colhendo os resultados. Um número fantástico de geração de empregos, de geração de empresas e uma supersafra inigualável. Além disso, aproxima-se o fim das obras da hidroelétrica de Mauá, que iniciei no meu Governo, que findou no fim do ano passado.

Presidente, eu acredito que a obrigação da base do Governo não é a obrigação do voto em bloco em assuntos muito pouco refletidos pelo Congresso. A obrigação da base do Governo é propor, formular e ajudar o Governo da Presidenta Dilma a avançar nas suas propostas, que foram, sem dúvida, as nossas propostas no processo eleitoral.

Nesse sentido, encordei ao Dr. Heron Arzua, meu ex-Secretário da Fazenda no Paraná, Advogado Especializado em Política Tributária e Consultor da nossa Associação Comercial do Paraná, um estudo que formulasse com clareza as possibilidades de uma reforma tributária em nível da União, não apenas de uma unidade federada.

Uma reforma tributária voltada para a simplificação, justiça, (atendimento da capacidade contributiva), neutralidade e equilíbrio das contas públicas não implica alteração do sistema tributário na Constituição de 1988. A Constituição não fixa alíquotas, não impõe a criação de contribuições em cascata ou de quaisquer outras, não estipula a carga tributária, não é responsável pela guerra fiscal entre federadas, não obriga a criação ou cobrança de qualquer tributo, apenas outorga competências. Não impede a integração com o Mercosul e não é culpada pela volúpia de deveres acessórios que acompanham toda exação no Brasil.

O que se quer acentuar, no particular, é que, para tornar o nosso conjunto de impostos racional e moderno, não é preciso mudar uma vírgula na Constituição de 1988, até porque, com 22 anos de idade, ela nunca chegou a ser aplicada. Princípios geralmente aceitos de tributação – simplicidade, justiça e neutralidade econômica – recomendam a extinção de inúmeros tributos existentes, a saber: **a)** Imposto sobre Operações Financeiras (ISOF), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); **b)** contribuições ao PIS-Pasep, Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro.

Tais exações complicam a vida do contribuinte, estimulam a sonegação, distorcem preços relativos, forçam a integração vertical das empresas e acentuam a regressividade do sistema. Mas, para extirpá-los

do mundo normativo, não se faz mister alterar o texto básico. Por lei, isto é possível.

No caso do IPI, ao invés de erradicado, poderia ser limitado, até por decreto do Executivo Federal, para apanhar uns poucos produtos nobres (cigarros, veículos, bebidas, joias, etc.), reduzindo sua extrema abrangência e complexidade de hoje, com notórios percalços para os contribuintes, Fazenda Pública e Justiça.

A incidência das contribuições sobre a folha de salários e faturamento poderia ser minorada por veículo ordinário congressual. Aliás, a instituição da lei fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte (Lei nº 9.317, de 5/12/96), conhecida como "Simples", com pagamento unificado de vários tributos – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, PIS-PASEP, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, COFINS, IPI, contribuições para o seguro social a cargo das pessoas jurídicas –, com alíquotas que variam de 3% a 7% sobre a receita bruta mensal, é uma prova eloquente de como se pode fazer uma reforma tributária profunda sem mexer no Estatuto Maior.

Na área do Imposto de Renda – o tributo mais racional que se conhece, gozando de larga preferência no plano tributário dos países desenvolvidos –, alguns ajustes encareciam de ser realizados. Na generalidade das nações fiscalmente civilizadas, o Imposto de Renda tem como princípio incidir sobre pessoas físicas na estrita conformidade com a capacidade contributiva aferida nas declarações individuais de rendimento.

No Brasil, o Imposto de Renda, para se integrar aos padrões do primeiro mundo, teria de sofrer radicais alterações, tais como a imputação do imposto de pessoa jurídica ao imposto de pessoa física, o fim da imposição exclusiva na fonte (como sói acontecer com a tributação do mercado financeiro) e o aumento do universo dos contribuintes pessoas físicas.

Com o passar dos anos, por razões de ordem administrativa e de facilidade de arrecadação, esse tributo se converteu num imposto recolhido preponderantemente pelas grandes empresas, onerando a renda das pessoas jurídicas e os rendimentos da mão de obra. Hoje, na medida em que uma parcela desprezível do Imposto de Renda é aplicável à base de cálculo apurada na declaração de rendimento das pessoas físicas, o imposto afasta-se da capacidade contributiva e acaba onerando a produção e o consumo. Em rigor, a facilidade no lançamento e arrecadação do Imposto de Renda implica torná-lo distante dos princípios da justiça fiscal.

É pressuposto, pois, de uma reforma tributária séria, modificar a legislação ordinária desse imposto, com o objetivo não só de alcançar a riqueza individual,

mas de torná-lo adequado à capacidade econômica das pessoas. A tributação na fonte há de ser toda ela integrada com a declaração de rendas individual. Todo este cabedal de iniciativas a Constituição não obstaculiza. Antes, a requer, a ordena.

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, nada obstante concebido como instrumento de reforma agrária, pode ser descomplicado em patamar infraconstitucional – como já vem sendo, aliás –, a ensejar considerado volume de recursos à União, sem prejuízo de seus objetivos extrafiscais, ou seja, a reforma agrária.

Quanto aos Estados, pode-se dizer que o ICMS, que é o principal imposto nacional, foi objeto de regulação nacional (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996), a qual afeiou o imposto às premissas originárias – de ser um imposto amplo de consumo interno de natureza polifásica e não-cumulativa. É que a Lei nº 87 reconheceu, em incoerência absoluta com o texto constitucional, créditos praticamente para todas as aquisições de mercadorias, inclusive de bens de produção e de uso e consumo, e livrou do ônus fiscal a exportação de produtos primários e semi-elaborados. (Os industrializados já estavam imunes.) É verdade que o reconhecimento dos créditos de forma ampla (uso e consumo) vem sendo adiado ao argumento de que prejudicaria a arrecadação dos Estados. Mas é uma questão de tempo, porquanto o crédito amplo e irrestrito faz parte da natureza constitucional deste tributo.

Questão não resolvida satisfatoriamente no âmbito do ICMS é a da divisão da receita entre o Estado de origem (da produção da mercadoria) e do destino (onde se verifica o consumo final). No Brasil, adotou-se esquema de repartição mista, por intermédio de alíquotas interestaduais menores que as praticadas no mercado interno. A principal admoestação é a de que essa concepção tem oferecido facilidades para o incremento da denominada "guerra fiscal", que é o uso do ICMS para atrair investimentos. Todavia, para coibir o excesso dos Estados, não é preciso bulir na Constituição, bastando que ela seja implementada. (O Senado, por via de resoluções, pode fixar as alíquotas do imposto e tomar outras medidas saneadoras.)

As propostas de reforma do imposto estadual, no patamar da Carta Magna, resumem-se à sua unificação numa lei complementar nacional única, em que as federadas deixariam de ter competência legislativa sobre o aludido tributo. Nada obstante já existe uma lei complementar que trate dos aspectos essenciais do ICMS, as leis regionais e, principalmente, as suas regulamentações (por via de decreto e atos inferio-

res) acabaram por desfigurá-lo, sendo que hoje cada Estado tem o ICMS próprio, com restrições de toda a ordem quanto ao princípio essencial do imposto, que é a sua nota constitucional da sua não cumulatividade. A enorme disputa por investimentos industriais levou os Estados ao desrespeito absoluto da Constituição, na particularidade que exige unanimidade de decisões estaduais, por intermédio do Conselho de Secretários da Fazenda (Confaz), para a concessão de incentivos e benefícios fiscais.

Mas, penso que, por lei congressual, os Governadores e os agentes públicos que viesssem a desacatar a norma constitucional poderiam ser responsabilizados por improbidade administrativa, com a perda do mandato para os primeiros, e penas punitivas severas aos demais. E, para colimar tal objetivo, não seria necessário mexer na Constituição da República.

A questão da denominada “guerra fiscal” seria, destarte, resolvida também a nível infraconstitucional.

Enfim, muito há a fazer com os 13 impostos do desenho normativo brasileiro no chão das leis infraconstitucionais. (Sem anotar que uma administração fazendária ágil e eficiente é pressuposto do êxito de quaisquer arcabouços fiscais.)

Na área do Imposto municipal sobre Serviços, uma lei de natureza complementar poderia dotar o imposto da característica da incumulatividade, pois hoje a sua maior vicissitude é a sua natureza de incidência em cascata nas operações intermediárias, aquelas que não abrangem o utente final dos serviços, o usuário final dos serviços.

Todas essas providências independem de reforma da Constituição.

Coloquei, dessa forma, ao exame do Senado e estou distribuindo ao gabinete de todos os Senadores esse texto, que para mim foi organizado pelo meu ex-Secretário da Fazenda Dr. Heron Arzua, para iniciar uma discussão. A Presidenta Dilma quer, sem sombra de dúvida, desonrar a folha de pagamento de impostos, quer dar mais velocidade e agilidade à economia brasileira. Mas se o Senado não começar a discutir, a se informar sobre o assunto, de repente nos chegará aqui a proposta de um desses desalmados burocratas do Banco Central, feita depois de um rápido curso no Federal Reserve Bank de Nova Iorque, pensando só nos benefícios do capital e não tendo a menor preocupação com o verdadeiro desenvolvimento, que tem de levar em conta a Nação, os interesses do povo, das pessoas e da sociedade.

Muito obrigado, Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Srª Angela Portela.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Roberto Requião.

O próximo orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Srª Presidente Angela Portela, é um prazer usar a tribuna, nesta manhã de sexta-feira, tendo V. Exª na presidência dos trabalhos.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores telespectadores e senhoras telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Senadora Angela, uma das coisas que me preocupam muito é quando vejo as análises, os debates do Parlamentar, seja Deputado Federal, seja Senador, que cinge o seu mandato apenas na defesa de emendas parlamentares, na briga por recursos para os seus Estados. É lógico que isso é importantíssimo e, portanto, deve ser um dos itens fundamentais da ação do Parlamentar, mas o Parlamentar não pode abrir mão até das previsões constitucionais e legais da sua atividade. Uma delas é a de fiscalizar as condutas dos agentes públicos e, principalmente, a correta aplicação dos recursos que vêm, na sua origem, do pagamento de impostos da população.

Todo mundo sabe que quem mais paga imposto é justamente a camada mais pobre, seja aquele que até vive do Bolsa Família e, portanto, não tem um emprego formal, sejam aqueles que trabalham na informalidade e que não têm sequer uma conta bancária. Há uma impressão de que essas pessoas não pagam imposto, mas pagam! E pagam proporcionalmente muito mais, porque, até ao comprar os seus alimentos básicos, pagam o imposto que está embutido no preço do que compram. E o pior: os assalariados pagam imposto compulsoriamente, porque descontam para a Previdência. No seu contracheque, já vem o desconto da Previdência, o desconto do Imposto de Renda. Esse assalariado não tem para onde escapar e não tem como sonegar imposto. Já os grandes, muitas vezes, usam vários artifícios, seja para ficarem isentos, seja até para sonegarem os impostos.

Então, o Parlamentar tem, sim, que ser fiel ao mandato, portanto, à procuraçao que ele recebeu do povo, para que ele fiscalize aquilo que os governantes estão fazendo, seja o Vereador fiscalizando o Prefeito, seja o Deputado Estadual fiscalizando diretamente o Governador, sejam os Parlamentares Federais fisca-

lizando não só a esfera federal, os Ministérios, os órgãos públicos federais, os Ministros, a Presidente da República hoje, mas também a correta aplicação dos recursos federais que vão para o seu Estado. Como no caso do nosso Estado, a grande parcela do dinheiro que vai para o Estado é justamente do Fundo de Participação dos Estados ou do Fundo de Participação dos Municípios ou das transferências constitucionais voluntárias. O certo é que o dinheiro, na sua essência, é federal e é, sobretudo, do cidadão do Estado.

No nosso caso, o Estado de Roraima, eu poderia dizer que, proporcionalmente, nós somos o povo que mais paga imposto, porque somos o povo mais desassistido. V. Ex^a mesmo ontem fez um pronunciamento, mostrando, no caso da banda larga, como a utilização inclusive de instrumentos públicos, como é o caso da linha de fibra ótica, é feita por uma empresa particular de maneira a não atender adequadamente aos mais interessados, justamente aqueles que mais necessitam, mais distantes que são, no caso, o povo do Estado de Roraima.

Hoje quero aqui trazer mais algumas denúncias contra o atual Governador, o qual, repito, foi até cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, portanto, está no Governo por uma brecha legal – é verdade, uma brecha legal –, sobre um recurso que ele interpôs no Tribunal Superior Eleitoral e obteve uma liminar para se defender no cargo.

Isso, Senadora Angela, Sr^{as}s e Srs. Senadores, considero um absurdo, embora, tenhamos que reconhecer, seja legal. Agora, que o Governador tenha o direito de se defender sem perder o mandato eu concordo, mas ele deveria ser afastado do cargo. Quando se abre uma sindicância para investigar um funcionário público qualquer, a primeira providência é afastar esse funcionário da sua função para ser feita a sindicância. Como é que um Governador é cassado, recorre, obtém uma liminar – repito, legal – para se defender sem perder o mandato, mas continua no exercício do cargo? E aí não é nem preciso dizer os abusos que ele vai cometer para se manter no cargo!

Aliás, o atual Governador, que substituiu o Governador eleito – portanto, o Vice-Governador, já que ninguém votou nele, votou no Governador Ottomar Pinto –, quando assumiu, já existiam vários processos para cassar o seu mandato. E ele se empenhou, desde que assumiu, na solução das ações contra ele, movidas pelo Líder do Governo à época e Líder do Governo atual, contra a eleição dele. E, no entanto, depois de absolvido, passou a trabalhar de maneira escandalosa, no que tange ao uso da máquina pública, do dinheiro público, na manipulação dos servido-

res públicos, dos empresários, já que em Roraima, infelizmente, temos de reconhecer, um Estado novo, pequeno, todo mundo depende do Governo do Estado ou das prefeituras, porque ou se é funcionário público, familiar de funcionário público, ou se é empresário, e o maior cliente é o Governo, seja qual for o ramo da sua atividade. Então, o Governo é realmente uma máquina assustadora.

Esse Governador não teve nenhum escrúpulo em usar a máquina pública durante toda a sua campanha. E, ressalto, no dia 12, a **Folha de S.Paulo** publicou que o Governador foi cassado por uma ação, e existem mais outras trinta representações contra ele. Aliás, a ação por que ele foi cassado, em tese, é a que menos causa indignação, porque foi pelo uso da rádio estatal, da rádio do Governo do Estado, para sua campanha política, desde antes da convenção e durante todo o pleito eleitoral, a favor dele e em desfavor do seu adversário. O tribunal, por unanimidade, reconheceu que ele cometeu o crime, e a discordância foi apenas quanto à aplicação da pena: cinco votaram pela cassação, e dois, apenas pela multa. Ele foi condenado à cassação mais pagamento de multa.

Pois bem, para ter a sua eleição garantida, o Governador usou de todos os meios. E aqui quero dizer, Senadora Angela, que o Comitê de Combate à Corrupção preparou um dossiê e me enviou uma cópia, mas está enviando também a todos os órgãos públicos e à imprensa.

O jornal **Folha de Boa Vista** publicou a matéria da jornalista Élissan Paula Rodrigues, que diz:

Um dossiê com informações sobre fatos retratando corrupção eleitoral ocorrida no pleito passado em Roraima foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), Ordem dos Advogados do Brasil e Procuradoria-Geral da República, além de outros órgãos federais e imprensa de todo o País.

O documento, elaborado pelo Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral de Roraima, tem como base um relatório preparado logo após o término das eleições e pede às autoridades competentes a adoção de medidas cabíveis para a apuração dos feitos.

O Comitê apresentou o dossiê ontem pela manhã [neste caso, já alguns dias atrás], durante encontro com representantes de várias entidades de classe e movimentos sociais, além da participação da imprensa, que recebeu o relatório, uma mídia com cópias de vídeos, áudios e outros documentos, todos

relacionados a possível prática de compra de votos durante o período eleitoral.

Aqui há uma outra matéria publicada no jornal **Fato Real**, que, usando a matéria publicada na **Folha de S.Paulo**, diz: "Mulher de Governador [de Roraima] cassado é acusada por compra de votos em Roraima". Então aparece um vídeo com a voz e a presença da esposa do Governador propondo claramente a compra de votos e perguntando inclusive quanto a pessoa queria para votar no Governador.

Mas o Governador está, repito, no meu entender, no cargo por uma brecha legal, e isso tem que ser sанado. Eu concordo que quem seja cassado não perca o mandato, mas tem que ser afastado até o julgamento do caso. Seria o ideal que o Presidente do Tribunal de Justiça assumisse esse período até que houvesse o julgamento final do Governador.

Aqui, Senadora Angela, como decorrência dessa corrupção desenfreada no período que antecedeu e durante toda a campanha eleitoral, nós estamos vivendo hoje o caos em Roraima. Os jornais noticiaram de novo que cirurgias foram suspensas em hospital por falta de material. Então, de novo, porque não é a primeira vez, já ocorreu repetidas vezes. Eu aqui já denunciei inclusive a corrupção que impera na Secretaria de Saúde do meu Estado. O Ministério Público Federal já está investigando o fato, e eu espero que o Ministério Público Estadual também esteja, porque as denúncias foram também encaminhadas para lá. O Tribunal de Contas do Estado também está investigando.

O que nós temos hoje de notícias? "Delegacias estão em situação precária." Aí segue uma longa matéria da jornalista Cyneida Correia com várias fotografias, inclusive, mostrando o verdadeiro descalabro, o verdadeiro caos em que se encontram as delegacias. Material sucateado, veículos quebrados viram sucata no prédio da Secretaria de Segurança, uma placa informa obra nos prédios, cujos problemas nunca foram solucionados, banheiros do Instituto de Criminalística completamente deteriorados, enfim, há um completo descaso com a saúde, com a segurança e com a educação no meu Estado, entre outros setores, como também é o caso da assistência aos agricultores, aos pecuaristas, aos homens do interior de modo geral. Mas não faltam indícios e até provas da corrupção no uso do dinheiro que vai para o meu Estado.

Portanto, eu entendo que é meu dever, como Parlamentar, como homem... Não só por ter nascido lá, não, Senadora Angela, porque meu pai não nasceu lá e tinha o mesmo sentimento que eu. Revolto-me ao ver que o futuro do meu Estado pode estar comprometido pela ação irresponsável de um Governador que não

deveria estar no cargo nem pela eleição, porque ela foi roubada, e muito menos agora, depois de ser cassado, ser mantido por uma liminar e ficar usando o Estado, o dinheiro do Estado para se apropriar.

Aqui há uma matéria, também publicada no jornal **Folha de Boa Vista**, cujo título é "Recurso contra cassação – Entidades pedem ao Ministério Público Estadual que apure uso do jatinho para 'finalidades particulares'". Por quê? O Governador, quando teve o seu mandato cassado, pegou o avião de propriedade do Governo e veio com o seu advogado a Brasília, articular com os seus advogados aqui, para obter a liminar. Pergunto: é uma viagem de interesse do Governo do Estado de Roraima ou uma viagem de interesse do cidadão José de Anchieta Júnior, que veio aqui cuidar da sua ação contra a sua diplomação? Porque a ação foi contra o candidato José de Anchieta Júnior, não foi contra o Governador. Então, esse uso do jatinho... Aliás, não é a primeira vez que o Governador o usa não. Ele usou-o para ir para Fortaleza, que é a sua terra natal, mais de 15 vezes; para ir a Margarita, na Venezuela; a Maracaibo, a Caracas, a Miami, e de maneira muito suspeita. Sessenta e nove vezes as aeronaves do Governo do Estado foram a uma fazenda no Mato Grosso, chamada Joara, e 38 ao Município de Moura, no Amazonas. E o indício claro é de que ele está articulando, de maneira fraudulenta, a titulação das terras que o Governo Federal passou para o Estado, que foram um pouco mais de 3 milhões de hectares. Ele está vendendo para um grupo de pessoas, possivelmente até "laranjas", um grupo pequeno. Teoricamente, dá para acreditar que o Governador esteja envolvido, para ter amanhã o domínio econômico do Estado também.

Enquanto isso, Senadora Angela, está aqui outra matéria: "Faltam professores e salas de aula na Universidade Estadual de Roraima".

Ora, Senador Requião, a Universidade Estadual de Roraima foi criada pelo Governador Ottomar Pinto. Lembro-me muito bem, Senadora Angela, porque, na campanha, nós conversamos com o Governador – eu já era Senador, candidato à reeleição –, e ele se sensibilizou com a ideia de criar a Universidade Estadual para que ela complementasse aqueles pontos onde a Universidade Federal não atua, principalmente no interior do Estado e, principalmente, na formação de professores. Pois bem, a Universidade avançou nesse particular, mas está realmente também vítima da ação deletéria, nociva do Governador, e aí faltam salas de aula e professores.

Vou ler só um trecho, depois vou pedir a V. Ex^a que todas essas matérias sejam transcritas como parte do meu pronunciamento.

Um acadêmico do décimo semestre do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Roraima (UERR), em São João do Baliza, no sul do Estado, que não quis se identificar, reclama que faltam professores e salas de aula para os universitários.

Em virtude da falta de local, na última quinta-feira, 17, os estudantes do referido curso entraram sem permissão no prédio construído para sediar a UERR, que ainda não teria sido inaugurado por falta de mobília. As cadeiras foram conseguidas na casa de um dos universitários. Desde o início do semestre, em 7 de fevereiro, essa foi a primeira aula que eles tiveram, por conta da falta de docentes.

Então, eu lamento que o meu Estado esteja sendo vítima de um Governador que não governa, de um Governador que não tem seriedade na aplicação dos recursos públicos, de um Governador cassado que está no mandato por decisão legal – repito – do Tribunal Superior Eleitoral, mas que não deveria estar exercendo o cargo - deveria ter preservado o seu mandato –, porque ele não tem isenção, Senadora Angela, para conduzir o Estado, tendo mais que se dedicar à sua defesa nessa ação da cassação e mais trinta que estão em tramitação, fora aquelas que ainda não saíram da Polícia Federal porque a Polícia Federal não tem pessoal nem peritos em número suficiente para dar andamento mais rápido às ações.

Quero, portanto, dizer que lamento muito, mas não vou parar de fazer essas denúncias.

O Governador já usou todos os artifícios para me intimidar. Na campanha, de maneira surpreendente até, depois de uma denúncia que fiz aqui, o meu escritório no Estado recebeu pelo menos quatro telefonemas – todos, aliás, com o mesmo teor e feitos de telefones públicos –, dizendo que eu calasse a boca porque se não amanheceria com a boca cheia de formigas, isto é, iriam me matar. Tive que pedir proteção do Senado, fui muito bem atendido durante todo o período eleitoral, mas continuam as ameaças veladas que chegam a mim por conta desta minha postura de denunciar.

Quero dizer para eles que todo ser humano tem seu medo. Quem não tem medo de morrer? Quem disser isso está, no mínimo, não examinando muito bem os seus sentimentos. Temos medo, sim, mas esse medo não vai me fazer perder a coragem de vir aqui denunciar, principalmente, quando eu tiver convicção de matérias como essas que li.

E há outras informações que recebo, Senadora Ana Amélia, até informações anônimas, porque as pessoas, quando telefonam, pedem para não serem

identificadas com medo de represálias. Ora, se um Senador recebe ameaças...

Tenho umas terras no Estado que foram compradas da Justiça – foram para hasta pública, e comprei-as na Justiça – e agora sei que o Governo está tentando tomar essas terras para, supostamente, fazer assentamento. Ora, que contrassenso! O Governo recebe, esse Governador recebeu do Presidente Lula, no final do Governo, a transferência de terras que estavam sob domínio federal para o Estado com área maior do que três milhões de hectares. Ele está fazendo titulações suspeitas, mas não tem terras para fazer assentamentos. Por quê? O que ele está fazendo com essas terras? Peço até que o Incra investigue, que a Polícia Federal investigue o que está sendo feito com a titulação dessas terras.

Esse tipo de ação, de eles ameaçarem tomar terras que comprei há algumas décadas... Comprei quando era médico ainda, repito, tirei empréstimo no banco, peguei financiamento para comprar uma terra que paguei durante muitos anos. Mas também isso não vai me intimidar. Vou continuar denunciando e vou continuar usando os meios legais que tenho de pedir providências ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do meu Estado. Acredito que é difícil realmente vencer certas posturas ditatoriais, mas só se vence com coragem, com o destemor de enfrentar esses poderosos que querem passar para a cabeça das pessoas que contra o poder ninguém pode.

E eu quero dizer que o povo pode, sim! O povo do meu Estado sabe que essa eleição que passou não foi ganha pelo Governador, foi roubada por ele, e que ele está, de maneira ilegítima, no cargo e continua a cometer desmandos terríveis. Tenho notícias de que não só a saúde, a educação e a segurança estão sucateadas, mas o próprio Estado, que ele recebeu com saldo em caixa, está completamente endividado. Portanto, ele está comprometendo o futuro, e não só comprometendo o presente, este momento em que ele, de maneira temporária, governa o meu Estado.

Quero finalizar, Senadora Angela, pedindo a transcrição, na íntegra, das matérias a que fiz referência aqui, como parte integrante do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso O e § 2º do Regimento Interno.)

FOLHA

DE BOA VISTA

CORRUPÇÃO ELEITORAL

Comitê produz dossiê que será enviado para órgãos e imprensa

ÉLISSAN PAULA RODRIGUES

Um dossiê com informações sobre fatos retratando possível corrupção eleitoral ocorridas no pleito passado em Roraima foi enviado ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), Ordem dos Advogados do Brasil e Procuradoria-Geral da República, além de outros órgãos federais e imprensa de todo o país.

O documento, elaborado pelo Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral de Roraima, tem como base um relatório preparado logo após o término das eleições e pede às autoridades competentes a adoção de medidas cabíveis para a apuração dos feitos.

O Comitê apresentou o dossiê ontem pela manhã, durante encontro com representantes de várias entidades de classe e movimentos sociais, além da participação da imprensa, que recebeu o relatório, uma mídia com cópias de vídeos, áudios e outros documentos, todos relacionados a possível prática de compra de votos durante o período eleitoral.

O coordenador do Comitê, José Antônio Pereira Lima, explicou que, ao final de todos os pleitos, um material semelhante é encaminhado ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que em nível nacional rege as ações do comitê local. Dessa vez, o mesmo documento será encaminhado a comunidades e pastorais ligadas à Diocese de Roraima, para servir como "instrumento de reflexão". "Catalogamos com a ajuda de meios de comunicação todos os fatos ocorridos durante o período eleitoral passado e produzimos esseapanhado que deve servir de lição", salientou.

Uma curiosidade das eleições 2010, conforme ele, que acompanha via Comitê todos os processos eleitorais, foi o desequilíbrio do número de denúncias. "Foram quase que todas concentradas em apenas uma coligação", frisou.

No resumo feito pelo Comitê, são relatados todos os casos de apreensão de dinheiro feitos pela Polícia Federal envolvendo vários candidatos, os casos de transporte de dinheiro em espécie feitos por uma empresa particular e fiscalizados diariamente pela polícia, e a apreensão de camisetas de uma das coligações, doada a eleitores que visitavam um dos comitês de campanha. Vários episódios relacionados à compra direta de voto envolvendo autoridades e familiares de candidatos também foram relacionados.

Supostos abusos e exemplos do uso da máquina pública também são citados no dossiê, assim como comparações de gastos eleitorais em Roraima e em outros estados brasileiros, proporcionalmente, e um resumo do número de ações com pedidos de cassação que tramitam junto a Justiça Eleitoral local.

O documento, conforme as entidades ligadas ao Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral, apresenta "um sério protesto de indignação e repúdio contra os políticos, e quanto os acobertam, que praticam a corrupção e o descarrilamento do Estado".

Na conclusão, o dossiê afirma que "as falhas das leis eleitorais permitem em vários casos ultrapassar as barreiras da legalidade permitindo, quase sempre, aos candidatos confundir liberdade com libertinagem e democracia com demagogia", ressaltou.

Mulher de governador cassado é acusada por compra de votos em RR

São 30 representações, entre elas a acusação contra Shéridan, por compra de votos

A ação que resultou na cassação do mandato do governador de Roraima, José de Anchieta Jr. (PSDB), na sexta-feira (11) foi apenas a primeira a chegar a julgamento. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* de sábado (12), são no total trinta representações, entre elas a acusação contra a mulher de Anchieta, Shéridan, por compra de votos.

O material reunido tramita no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) e traz uma gravação em que a mulher do tucano oferece inclusão de uma eleitora em um projeto social em troca de voto em Anchieta. Segundo a coluna *Painel* do jornal, no áudio Shéridan pergunta a eleitora: "o que a senhora quer para votar em Anchieta?".

Cassação

O TRE-RR casou na tarde de sexta-feira, por cinco votos a dois, o mandato do governador do Estado, José de Anchieta Júnior (PSDB), e seu vice, Francisco de Assis Rodrigues (DEM), pela utilização indevida da Rádio Roraima, que faz parte da estrutura da Secretaria de Comunicação do Estado, e ainda porque o apresentador do programa era servidor comissionado do Executivo.

Além de perder o mandato, Anchieta foi condenado a pagar multa de 50 mil UFIRs (R\$ 53.205). Em seu lugar, assumirá Neudo Campos (PP), segundo colocado nas eleições ao governo do Estado realizadas em outubro de 2010.



RELATÓRIO DO SINDIPOL Delegacias estão em situação precária

CYNÉIDE CORREIA

O Sindicato dos Policiais Civis de Roraima (Sindpol) fez um relatório sobre a situação das delegacias e distritos policiais da Capital e interior de Roraima. Segundo José Nilton, o presidente da entidade, tanto policiais quanto cidadãos estão sendo penalizados pelas péssimas condições estruturais das unidades. A categoria quer audiência pública para mostrar aos parlamentares a situação.

"Também vamos fazer manifesto e dar ciência de como se encontram essas unidades e o caso que representa, além dos prejuízos por conta da falta de trabalho", disse o sindicalista explicando que não tem investimento suficiente na estrutura física das delegacias há muito tempo.

"Essas unidades estão um caos. Temos falta de equipamentos para atender o cidadão vitimizado na delegacia, falta de estrutura, problemas com ratos e baratas, tapumes saíndo pelo ralo do banheiro, fossos entupidos, banheiros que não funcionam, uma sonoridade de situação que constatamos nas unidades policiais", relatou.

Para Nilton, a ruína da estrutura das unidades é o retrato da segurança pública. "O principal é o ex-prédio da Secretaria de segurança, que fica na avenida Ene Gómez, onde hoje funciona o 1º DP. O Corpo de Bombeiros quis interditar no ano passado pela falta de condições de trabalho.

Nas outras delegacias, segundo o Sindpol, a situação não é diferente. O prédio onde funciona a Delegacia da Mulher estaria todo corrompido, com infiltrações, com os aparelhos de ar-condicionado sujos, prejudicando a saúde laboral do policial civil.

A Delegacia de Trânsito caiu o telhado porque tinha tantas fezes de morango que o forro estava soltado e o chão insuportável. Hoje a delegacia funciona numa casa alugada pela prefeitura e cedida para a Segurança Pública", disse o sindicalista, acrescentando que em Pacaraima a situação também é crítica. "É a delegacia de fronteira que apresenta problemas com ratos e outros insetos, a fossa enche no inverno e os policiais ficam sem ter onde fazer necessidades fisiológicas e o forro com ameaça de desabar", frisou.

"Em Caracanã, a Delegacia de Polícia Civil funciona em espaço cedido pela PM onde os presos são algemados com barra de ferro chumbada na parede e já fugiram presos levando a cela", explicou.

O presidente do Sindpol afirmou ainda que a situação está caótica em todos os distritos, inclusive na Capital. "Vivemos na realidade a insegurança na segurança pública", criticou.

O Instituto de Criminalística é outra área que vem sendo alvo de reclamações por parte dos peritos criminais. Segundo a perita criminal Carla Heloisa Souza Wickert, as condições do prédio também estão bem precárias.

"O Instituto, como todos os outros setores, estão bem precários. O prédio como em todo tem uma reforma que não termina, começo e nunca acaba. Os telos tomaram conta, pois para conseguir dia do trabalho temos que tirar fezes e urina de rato de cima das mesas. E estú faltando o básico do funcionamento em todos os setores", explicou.

Segundo ela, a falta de estrutura não atinge apenas o prédio, mas também afeta as condições de trabalho dos peritos. Falta de reagentes a frios para que o trabalho possa ser feito. "O laboratório de química e biologia forense não funciona por falta de reagentes há quase um ano e lá agora só se faz passagem. O pessoal da balística tem que fazer teste de tiro e corre até perigo, pois não tem local adequado. O plantão nem Juivas tem. Só há Juvas quando se consegue de forma individual, pessoas que lidam com cadáver e fazem exames em locais de crime", denunciou.

Segundo ela, falta gestão para as situações que precisam ter planejamento. "Essa situação se prolonga há muito tempo, não temos, estamos preparando estancos providenciando e de fato não tem nada", disse.

Secretaria de Segurança informa que delegacias serão reformadas este ano

O delegado-geral de Polícia Civil, Eduardo Wayner Santos Brasileiro, disse que há uma previsão de reforma para as unidades policiais, mas os processos estão sendo readequados em função dos recursos orçamentados na Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2011.

Disse que ainda neste semestre será dado início à construção da Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente (DPCA) e a reforma da Delegacia de Defesa da Mulher.

A Secretaria de Segurança Pública informou que o andar superior do prédio da sua sede, na avenida Ville Roy, passa atualmente por reformas. Quando ficar pronto, previsto para o primeiro semestre, vai abrigar a Delegacia-Geral de Polícia (DGP), Corregedoria-Geral de Polícia (CGP), Departamento de Polícia Especializada (DPE), Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DPJC) e Departamento de Polícia Judiciária do Interior (DPJI).

Também deverão receber reformas algumas delegacias do interior, mas todas estão comissionadas aos recursos da LOA. Segundo informações do secretário da Segurança, Eliézer Girão Monteiro Filho, a meta do Governo do Estado criar uma infraestrutura adequada, padronização das rotinas, uso intenso de tecnologia e investimento massivo em treinamento policial, humanizando o atendimento e aproximando a Polícia da população.

"Nesse novo modelo é forçada a prioridade ao cidadão. A Delegacia Cidadão vai oferecer um ambiente agradável à pessoa victimizada, possibilitará o uso de novas tecnologias, padronizando os procedimentos e melhorando os serviços", disse o secretário.

Hoje, quatro Distritos Policiais (DPs) atendem a população da Capital. Segundo a secretaria, a população de Boa Vista vai ganhar duas novas delegacias de polícia. O 5º Distrito Policial (DP) está em fase de conclusão e deve ser inaugurado em

RECURSO CONTRA CASSAÇÃO Entidades pedem ao MPE que apure uso do jatinho para "finalidades particulares"

VANESSA LIMA

Entidades da sociedade civil organizada protocolaram na manhã de ontem no Ministério PÚBLICO de Roraima (MPRR) um documento solicitando providências quanto ao uso do jatinho do governo pelo chefe do Executivo, Anchieta Júnior (PSDB), no dia em que o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR) decidir pela sua cassação e pela posse do segundo colocado nas eleições no cargo. Segundo o documento, a viagem para Brasília foi "para atender interesses pessoais e partidários, alheios ao interesse público, em completo desvio de finalidade".

No documento consta ainda que Anchieta "transportou, consegui seu advogado particular e partidário, era agressão direta ao patrimônio público do Estado". O Movimento Pró-Justiça e a Federação das Associações de Moradores de Roraima (Famer), que assinam o documento, solicitaram que o órgão adote as medidas criminais e civis para a "reparação causada ao patrimônio público e a responsabilização dos envolvidos".

Segundo Fandilson Mesquita, presidente da Famer, o objetivo é levar ao dentro do próprio judiciário uma discussão da utilização da coisa pública e privada entre as autoridades do Estado.

"Ele utilizou um patrimônio público que, diga-se de passagem, é muito caro para ir à Brasília recorrer de decisão. Esboce o cargo eletivo fosse do governador, as partes representadas na ação foram o candidato e a coligação. O patrimônio público deve estar a serviço de quem? Numa finalidade de interesses do Estado ou particulares? Por que não foi o procurador do Estado ao invés do advogado? Ao nosso entender, ele não foi porque está revestido em um cargo para defender o interesse do Estado e não do indivíduo", destacou Mesquita.

Como defensor da sociedade, as entidades sociais aguardam que o MPRR possa mover ações civis e até criminais, caso seja o caso, contra o chefe do Executivo por desvio de finalidade. "Com a mesma celeridade que a Justiça Eleitoral se pronuncia pelas causas do estado, esperamos que o Ministério PÚBLICO também se manifeste", comentou o presidente da Famer.

**EM SÃO JOÃO DA BALIZA
Faltam professores e salas de aula na UERR**

WILLIAME SOUSA

Um acadêmico do décimo semestre do curso de Engenharia Florestal da Universidade Estadual de Roraima (UERR), em São João da Baliza, no Sul do Estado, que não quis se identificar, reclama que faltam professores e salas de aulas para os universitários.

Em virtude da falta de local, na última quinta-feira 17, os estudantes do referido curso entraram sem permissão no prédio construído para sediar a UERR, que ainda não teria sido inaugurado por falta de mobília. As credenciais foram conseguidas na casa de um dos universitários. Desde o início do semestre, em 7 de fevereiro, essa foi a primeira aula que eles tiveram, por conta da falta de docentes.

Por telefone, no sábado, ele disse que desde agosto de 2006, data na qual ingressou no curso de Engenharia Florestal, as aulas ocorriam na escola municipal de ensino fundamental Darcy Pedrosa. O prédio construído para sediar a UERR no princípio, de acordo com ele, tinha previsão para ser inaugurado antes das eleições municipais de 2008, algo que não ocorreu. As obras terminaram em setembro de 2010 e aguarda mobília.

A situação teria se complicado no início deste semestre letivo. A direção da escola Darcy Ribeiro teria negado a cessão de salas para as duas turmas de Engenharia Florestal. A decisão foi motivada pela falta de compartimentos, pois a maioria dos alunos do colégio estuda no turno matutino.

"Sempre tivemos problemas com falta de sala de aulas e móveis. No ano passado, precisamos fazer mutirão para reformar 42 mesas e cadeiras para uma disciplina de Desenho Técnico. A gente quer local para estudar", reivindicou.

Além disso, ele explicou que faltam professores para a seis disciplinas que foram oferecidas nesse semestre. Até a última sexta-feira, disse ele, havia apenas um professor para o curso, que é funcionário efetivo da UERR e deverá se dedicar apenas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da turma.

Cerca de 25 alunos cursam o décimo semestre do referido curso e devem concluir-o neste semestre. Entretanto, após quase um mês do início das aulas no semestre, tiveram apenas uma aula, que teria ocorrido na última quinta-feira (17). A outra turma de Engenharia Florestal está no oitavo semestre e também sofre com a falta de professores.

O estudante pede que haja uma solução para ambos os problemas. "Os alunos não querem ficar perambulando, por isso optaram por entrar no prédio. Faltam força e vontade política para resolver o problema", conclui.

Outro aluno do curso de São João da Baliza afirmou que hoje deve haver reunião com a coordenação do curso para tratar do assunto. Caso não haja resolução, é possível que haja manifestação por parte dos acadêmicos. "Também vamos estudar medidas legais para termos salas e professores", disse.

CURSOS – Além das duas turmas de Engenharia Florestal, há turmas em cursos de administração, sociologia e matemática. Contudo, não haveria problemas de falta de salas de aula. Elas são oferecidos à noite e na Escola Darcy Pedrosa não há salas para o ensino fundamental no turno noturno.

OUTRO LATO – A assessoria de comunicação, contatada por telefone nesse final de semana, informou que se pronunciariá hoje sobre o assunto. (W.S.)

**MATERNIDADE
Sem material, cirurgias são canceladas**

VANESSA LIMA

Pacientes denunciaram à Folha que cirurgias estão sendo canceladas no Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth por falta de material no Centro Cirúrgico da unidade de saúde pública. Em novembro do ano passado, o mesmo problema foi constatado no Hospital Geral de Roraima (HGR). Além do cancelamento das cirurgias efetivas – que são aquelas agendadas –, as operações emergenciais também foram suspensas. O motivo seria também a falta de material.

A estudante A.D.R foi surpreendida na tarde de ontem pelo cancelamento da cirurgia de conização do colo do útero que havia sido marcada há sete dias. O procedimento, conhecido também por biópsia em cone, é realizado para ajudar no estabelecimento do diagnóstico ou para remover a área anormal identificada após o resultado anormal de uma biópsia.

A paciente contou que deu entrada no hospital às 14h de anteontem. Desde então, como parte da preparação para a cirurgia, ficou em jejum e começou a receber os medicamentos necessários para o procedimento.

Na tarde de ontem, quando já estava sendo encaminhada ao Centro Cirúrgico, a mulher foi informada pelos próprios médicos que o procedimento não poderia ser realizado por falta de material.

A cirurgia, esperada pela estudante há dois anos, foi adiada para o próximo mês. Devido ao problema detectado em seu útero, ela não pode ter filhos e sangra quando mantém relações sexuais.

"Mesmo debilitada e muito fraca, devido aos medicamentos e por estar sem comer há quase um dia, tive que deixar o hospital. Fiquei triste porque estou esperando por isso há muito tempo. São anos de tratamento para, no final, não fazer a cirurgia por falta de material", lamentou a estudante.

Além do cancelamento de seu procedimento cirúrgico, a paciente informou que outras mulheres passaram pelo mesmo problema. "Acho isso uma falta de respeito com os pacientes. Quero convidar o secretário para fazer uma visita à maternidade, já que eles dizem que não tem problemas nas unidades de saúde do estado", enfatizou o marido da estudante, com tom de revolta.

A.D.R. destacou ainda a falta de leitos na maternidade pública. A mulher foi internada no bloco dos Girassóis, junto a grávidas com quadro clínico de risco, devido à falta de leito. Outro ponto denunciado por ela foi a carência de lençóis na unidade. Para cobrir a maca e se proteger do frio, a estudante contou com o apoio de outras pacientes que cederam lençóis para ela.

SESAU – Por nota, a Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) informou que em razão da crescente demanda no Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth (HMINSN) foi necessário reagendar alguns procedimentos cirúrgicos considerados não urgentes e as pacientes foram informadas da nova data. A secretaria não se manifestou sobre a falta de material.

Servidores que fazem limpeza no hospital ameaçam paralisar por falta de salário

Nas primeiras horas de ontem, os servidores terceirizados que trabalham na limpeza do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth realizaram uma paralisação de advertência em protesto ao atraso no pagamento de seus salários.

A mobilização ocorreu em frente à unidade de saúde. Os 30 funcionários que trabalham no plantão da manhã no hospital ficaram por cerca de uma hora paralisados. Segundo os trabalhadores, o salário está atrasado há mais de duas semanas, o que tem gerado transtornos. Eles informaram que todos os meses o pagamento sai atrasado.

"A empresa disse pra gente que é o governo que não tem repassado os valores no prazo, por isso eles atrasam nosso pagamento. Mas é muito difícil ficar sem receber nosso salário na data. Temos contas para pagar. Teve uma servidora que tivemos que nos reunir para comprar uma cesta básica porque ela não tinha o que comer junto da sua família", disse Jamerson da Silva.

Após uma conversa com o responsável pela empresa RS Serviços, os funcionários decidiram retornar aos trabalhos. Mas ficou acertado que se o pagamento dos mais de 90 servidores da área de limpeza da maternidade não sair ainda hoje, os trabalhos serão suspensos por tempo indeterminado.

"Vamos entrar em greve. Não dá mais pra aguentar passar por isso, todos os meses é a mesma coisa. Temos que fazer bico para não passar fome. Estamos esperando que amanhã [hoje] eles resolvam a situação", destacou o servidor.

A Folha tentou contato com o responsável pela empresa RS Serviços, mas até o fechamento da matéria não foi possível obter resposta. A assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) informou que deverá se pronunciar posteriormente a publicação da matéria. (V.L.)

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Seu pedido será atendido pela Mesa.

A próxima oradora inscrita é a Senadora Ana Amélia, do Partido Progressista do Rio Grande do Sul.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Srª Presidente Angela Portela, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, minha responsabilidade nesta manhã é falar sobre um evento da maior importância para a economia do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Srª Presidente, realiza-se amanhã, sábado, na cidade da Camacuã, na zona sul do Estado, a 21ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz da Safra 2010/2011.

A importância desse evento pode ser medida pela presença da lavoura de arroz na economia do meu Estado. São, em números financeiros, R\$ 4 bilhões, apenas para essa lavoura, envolvendo 230 mil pessoas com empregos diretos e indiretos, relativos a essa lavoura, cuja colheita, segundo dados da Conab e do próprio Instituto Rio Grandense do Arroz, chega a 7 milhões e 700 mil toneladas, quase 8 milhões, o que corresponde a quase 64% de toda a produção nacional de uma das culturas, o arroz, que está na cesta básica de todos os brasileiros.

O significado econômico dessa lavoura, que está avançando cada vez mais em produtividade, aumentando a produtividade, às vezes em menor área cultivada, Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, tem no entanto desafios enormes e gigantescos a enfrentar. É uma lavoura secular que vem cuidando não só da sustentabilidade, da preservação ambiental, mas também tem problemas relacionados agora às concorrências dentro do Mercosul e à própria situação do mercado interno.

Ontem mesmo, na pré-abertura dos eventos relacionados à 21ª Colheita do Arroz, em Camacuã, o Presidente do Irga, o Instituto encarregado das pesquisas específicas na área do arroz, o Sr. Cláudio Pereira, alertou, com muita propriedade, em relação aos desafios; temos excelência na produção do arroz, excelência técnica de produção, mas ainda persistem os problemas de renda e de sustentabilidade para os produtores.

Aliás, essa posição não é diferente da do Presidente da Federarroz, a entidade que promove a colheita, Renato Rocha, e também do Presidente da

Câmara Setorial do Arroz, Francisco Schardong, que representa a Federação dos Produtores Rurais do Rio Grande do Sul.

São esses desafios, Srª Presidente, que preocupam os produtores rurais. Há ainda necessidade urgente de definição, dentro do Congresso Nacional, das questões relacionadas ao Código Florestal, que está na Câmara para ser votado na segunda quinzena de março e depois virá para o Senado. Esse é um desafio importante para dar segurança e tranquilidade jurídica aos produtores não só de arroz, mas de toda a cadeia produtiva agropecuária do Rio Grande do Sul e do nosso País.

Srª Presidente, especificamente nas questões relacionadas à concorrência predatória dentro do Mercosul, a gente já pode dar uma idéia das dificuldades dessa concorrência usando apenas números. Hoje, por exemplo, o custo médio de um hectare, no Brasil, por conta de câmbio, custos financeiros, custos tributários, todos os outros custos e até da burocacia, nós temos um custo médio por hectare de até US\$ 2,3 mil; no Uruguai, esse mesmo custo equivale a US\$ 1,6 mil ou a US\$ 1,7 mil por hectare. Muito menos do que os US\$ 2,3 mil. Na Argentina, é bem menor, US\$ 1,4 mil por hectare, o custo de produção da lavoura de arroz. E a Argentina é um dos nossos concorrentes, junto com o Uruguai e o Paraguai.

No Mercosul, nós temos outro problema. O Governo brasileiro facilita as importações de arroz. A Argentina e o Uruguai praticamente não consomem arroz mas são grandes produtores – o grande mercado consumidor do arroz desses dois países é o Brasil, que já importou 1 milhão e 100 mil toneladas de arroz desses países do Mercosul nos últimos tempos. E nós temos aí custos competitivos muito maiores do que os custos praticados nesses dois países.

Apenas para exemplificar com outro dado: na Argentina, o custo de um litro de óleo diesel equivale a R\$1,69. Já aqui no Brasil, o preço posto em São Borja, uma das zonas produtoras de arroz, do meu correligionário Luís Carlos Heinze, é de R\$2,10 o litro. Ou seja, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, temos um custo 24,6% maior apenas no caso do diesel, que é um dos insumos mais importantes nas lavouras, não de arroz só, mas também de outros produtos.

Um trator produzido no Rio Grande do Sul – vejam só a questão insólita nesse processo – é vendido e comercializado no Uruguai a R\$107 mil. No Brasil, a R\$170 mil, o mesmo trator, a mesma máquina.

O custo aqui no Brasil, para o produtor brasileiro, já penalizado por questões de logística e por outras dificuldades, é 58,8% mais caro do que no nosso concorrente, o Uruguai.

É o mesmo caso de uma colheitadeira. O preço, na Argentina, de uma colheitadeira brasileira, feita no nosso País, é de R\$ 230 mil. No Brasil, R\$299 mil, 30% mais caro.

Um rolo de arame liso de 1,5 mil metros, também fabricado no meu Estado, custa no Uruguai R\$145. No Brasil, R\$280 reais. É de 93% a diferença, Sr. Presidente! É 93% mais caro no nosso Brasil, o mesmo produto, fabricado aqui, vendido com tarifas beneficiadas no âmbito do Mercosul.

Isso sem falar na questão do frete, na questão também dos defensivos, que vale a pena citar porque também é um insumo importante. O preço, na Argentina, de um determinado defensivo muito importante para a lavoura – orizícola – é 63% mais barato do que no Brasil. Como eu disse, às vezes, são produtos feitos aqui no Brasil. Também não há vantagens para a importação, já que isso poderia beneficiar a nossa lavoura.

Nos supermercados, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, um estudo feito pelo Dieese mostra que, na grande maioria das capitais brasileiras, o preço do arroz teve aumento na prateleira dos supermercados. Em Goiânia, subiu, 9,6%; no Rio de Janeiro, 7,79%; em São Paulo, 5,82%; Salvador, 4,94%; Fortaleza, 4,75%; Aracaju, 4,68%; Manaus, 3,8%; Vitória, 3,70%; Brasília, 3,24%; Belo Horizonte, 2,66%; Natal, 2,52%; Curitiba, 2,35%; Florianópolis, 1,64%.

Enquanto isso, a Esalq, uma grande escola de agronomia e pecuária, aponta que os preços pagos aos produtores no período caíram 22,79%. Essas circunstâncias são agravadas, muitas vezes, pelas surpresas que os produtores rurais recebem.

Recebo a informação, Sr. Presidente, de que um comunicado do BNDES suspendeu as operações do Programa de Sustentação de Investimento, o PSI, que cobra juros de 5,5% ao ano – portanto, subsidiados. Segundo informação do próprio BNDES, nem os pedidos nem as operações serão aceitas, e o motivo seria a falta de recursos – isso a contar do dia 16 de fevereiro deste ano, desde a semana passada, portanto –, mesmo existindo ainda um número elevado de operações encaminhadas ao BNDES, cuja liberação os produtores estão aguardando. Agora está tudo suspenso. Ou seja, insegurança no planejamento das suas lavouras e das suas atividades.

A suplementação dos recursos por parte do BNDES, segundo informação da direção repassada ao agente financeiro BRDE, do Rio Grande do Sul, poderá acontecer ou não, e o juro poderá sofrer até um aumento em virtude de não mais ser totalmente subsidiado – essa foi uma decisão unilateral do BNDES. Dessa forma, agora, o próprio BRDE, que recebeu os pedidos de financiamento do PSI, está aguardando uma definição.

Essa insegurança, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, é mais um dos dramas e preocupações dos produtores rurais de nosso País, não só dos produtores de arroz.

Menos mal: nesta semana, uma audiência foi marcada pelo Presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia, a pedido do Deputado Luís Carlos Heinze e também da coordenadora da bancada do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional, Deputada Manuela D'Ávila. Houve uma reunião com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda Nelson Barbosa para tratar desses problemas e também com a área técnica do Ministério da Fazenda. A bancada, representada por todos os partidos com representação e assento na Câmara Federal e aqui no Senado, discutiu algumas alternativas.

E, ontem, a Presidenta Dilma Rousseff cumpriu as promessas que havia feito a esses produtores nos encontros que teve no Rio Grande do Sul. O Governador Tarso Genro anunciou ontem que a decisão foi a de conceder um prazo de 180 dias, a partir do vencimento da dívida das operações de EGF, os Empréstimos do Governo Federal. Essa decisão foi comunicada ao Governador ontem à noite pelo gabinete da Presidente Dilma Rousseff. Nesse caso, para ter direito à prorrogação, os produtores deverão pagar 20% do saldo devedor do financiamento.

A partir de 1º de março, também inicia-se a realização de leilões para escoamento e aquisição direta de 1,78 milhão de toneladas de grãos. No caso do arroz, certamente essa medida vai beneficiar os produtores em relação à comercialização e à queda dos preços.

É salutar saber que, com senso de oportunidade e responsabilidade, cumprindo sua palavra e a promessa assegurada aos produtores de arroz, a Presidência da República, por intermédio da Presidente Dilma Rousseff, anunciou ao Governador aquilo a que a bancada, aqui no Congresso Nacional, intensamente se dedicou ao longo desta semana para conseguir. Trata-se de medidas que são favoráveis à melhoria

das condições para o produtor de arroz, que hoje está recebendo um preço menor, R\$4 a menos do que o preço mínimo fixado, quando o custo de produção é bem maior do que aquele mínimo fixado pelo Governo e pela Conab.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as}s e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, a minha presença aqui hoje foi exatamente para salientar esses fatos e cumprimentar os órgãos que cuidam do avanço da tecnologia, como o Instituto Riograndense do Arroz, como as entidades que estão representando os produtores de arroz, as associações de arrozeiros de várias regiões do meu Estado – a metade sul é, por excelência, a grande produtora, a que corresponde a quase 64% da produção nacional de arroz – e também as entidades vinculadas ao trabalhadores dessa importante lavoura de significado econômico fundamental.

Por ser um produto de cesta básica, penso que o Governo agora está com o olhar mais atento e correto a respeito da importância e do significado disso para a estabilidade dos preços, porque às vezes o preço sobe na prateleira, mas baixa ao nível do produtor, como foi confirmado pelos dados que apresentei agora há pouco.

Muito obrigada, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti.

Aproveito para desejar a todos um bom final de semana.

Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, a Sr^a Angela Portela deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a alerta para um ponto que é realmente absurdo: um produto brasileiro ser mais caro no Brasil do que em países que o importaram do Brasil. Isso demonstra a necessidade urgente de termos uma política e uma reforma tributária que possam melhorar essa realidade do País no que tange aos impostos.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – E essa responsabilidade é nossa. Vamos compartilhá-la, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Aníbal Diniz, leio o seguinte expediente.

A Presidência comunica às Sr^{as}s e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 1º de março do corrente, terça-feira, às dez horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Mozarildo, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, quero fazer uma saudação especial aqui a toda a equipe da TV Senado, que nos proporciona realizar sessões do tamanho do Brasil, já que chegamos a milhões de lares a partir do trabalho competente da equipe da TV Senado e da Rádio Senado. Então, faço uma saudação toda especial também a esses profissionais que ampliam o efeito da ação do Congresso Nacional a partir dessas transmissões. E aproveito o fato de estarmos chegando aos mais diferentes pontos do Brasil para fazer, também, uma saudação especial ao Prefeito da capital do Acre, Raimundo Angelim, que é o Presidente da Associação dos Municípios do Acre e está, hoje, fazendo a inauguração da sede dessa associação.

A Associação dos Municípios do Acre reúne os 22 Municípios, os 22 Prefeitos, e é por meio dessa associação, em um trabalho consorciado com a Bancada Federal do Acre – Senadores e Deputados Federais –, que conseguimos viabilizar os recursos necessários para os investimentos nesses Municípios, que são pobres, que dependem fortemente, quase absolutamente, dos recursos federais para poderem fazer seus investimentos, uma vez que os recursos próprios desses Municípios praticamente só bancam a funcionalidade, os custos operacionais, a folha de pagamento.

Então, o trabalho do Prefeito Raimundo Angelim na coordenação, na presidência da Associação dos Municípios é um trabalho de grande relevância. O Prefeito Raimundo Angelim, que é um companheiro do PT, tem significado imensamente essa função e tem unido diferentes pontos de vista, diferentes forças partidárias, porque todos estão imbuídos no mesmo propósito de fazer avançar a produção e a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todos os Municípios do Acre.

Ao mesmo tempo, também saúdo o Governador Tião Viana, que ontem esteve no Município de Porto

Acre fazendo o lançamento de uma série de programas de governo, entre os quais o anúncio do Programa de Apoio e Incentivo à Piscicultura, que é uma atividade que vem crescendo enormemente no Acre, e também o anúncio do Programa de Florestas Plantadas no Município de Porto Acre, com o plantio de 600 hectares de seringueira. Isto como parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável que está em curso no Estado do Acre.

Também em Porto Acre, o Governador Tião Viana fez, juntamente com o Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a entrega de uma patrulha mecanizada, com dez equipamentos que vão contribuir enormemente para o avanço da agricultura e da produção naquele Município, que é administrado pelo Prefeito José Maria, também do Partido dos Trabalhadores. O Governador Tião Viana tem tido uma atenção toda especial com todos os Municípios do Acre. O seu Governo tem sido itinerante, ele tem estado com toda a sua equipe de Governo em todos os Municípios, de tal maneira que tem gerado um ânimo muito grande em toda a população do Acre neste momento.

Eu saúdo o Governador Tião Viana e o cumprimento pelo dinamismo e pelo empenho todo que ele tem empreendido no sentido de garantir um governo atento, prestativo e que tem levado cada vez mais os serviços do Estado ao alcance do cidadão acreano.

Eu quero, Sr. Presidente, aproveitar este momento para aprofundar uma reflexão que já comecei ontem aqui, no plenário desta Casa, em relação ao programa de piscicultura que está acontecendo no Estado do Acre.

Por que eu faço essa reflexão com um pouco de insistência? É porque a nossa Presidente Dilma Rousseff se lançou ao desafio da erradicação da pobreza, do combate à miséria e à fome ao longo dos seus quatro anos de Governo, e não tem outro caminho mais eficiente para fazer, na prática, o combate à miséria e à fome que não seja através da produção, do aumento da produção, do incentivo à produção.

Então, se tem uma forma de os Governos estaduais, os setores produtivos, os empresários, o empresário rural, o ruralista, o grande produtor contribuírem com esse objetivo da Presidente Dilma é todos se unirem num grande mutirão para aumentar a produção no Brasil, e o Governo do Estado do Acre está procurando fazer a sua parte.

Estivemos numa audiência com a Ministra da Pesca e Aquicultura, a Ministra Ideli Salvatti. Nessa

ocasião, o Governador Tião Viana lançou um desafio: queremos transformar o Acre no endereço da piscicultura na Amazônia. Temos todas as possibilidades de fazer do Acre o melhor lugar para se criar peixe na Amazônia.

Essa contribuição foi trazida para a Ministra da Pesca no sentido de que nós não estamos apenas querendo mostrar o Acre como um exemplo à parte. Na realidade, nós queremos trazer a nossa contribuição para o Brasil.

Nesse sentido, fizemos um convite à Ministra Ideli para que ela conheça a política que está acontecendo no Acre, conheça esse programa de piscicultura e, na medida das suas possibilidades, expanda esse programa para outros lugares do Brasil, porque a piscicultura é uma atividade ambientalmente correta, não agride o meio ambiente e tem, comprovadamente, uma rentabilidade infinitamente superior às outras atividades no mesmo espaço de terra.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, em um hectare de piscicultura, um tanque com um hectare de lâmina d'água é capaz de produzir, em um ano, dez toneladas de peixe. Nós não temos nenhuma possibilidade de produzir isso, seja com a pecuária, seja com a agricultura.

Então, se há uma forma de a gente contribuir para a elevação da renda, para a melhoria de qualidade de vida e para a segurança alimentar do pobre morador do campo dos nossos municípios do Brasil, a gente pode contribuir através da piscicultura.

Portanto, o Estado do Acre está fazendo essa aposta. Veja só que o Governador Tião Viana se lançou ao desafio de, só nessa primeira etapa, construir 2,3 mil tanques para a produção de peixe. Esse programa se destina tanto aos pequenos quanto aos médios e grandes produtores. E vale ressaltar que essa atividade está chamando tanto a atenção no Acre, está mobilizando tanto os produtores que mesmo grandes produtores, pecuaristas que já vinham na atividade há dez, vinte ou trinta anos estão revendo sua posição e muitos deles estão consorciando a criação de gado ou a produção agrícola com a piscicultura.

Nós temos, hoje, grandes empresários do Acre, como o empresário Miguel, que têm se dedicado também à produção de peixe, convertendo suas áreas também em grandes áreas com lâmina d'água.

E vale ressaltar, Sr. Presidente, que o Governo Federal está muito atento a isso, pois, numa associação do Ministério da Pesca e Aquicultura com o Ministério

do Meio Ambiente, foi possível alterar a portaria que fazia restrição, também, do ponto de vista ambiental, à construção de açudes e de tanques. Antes, só se permitia a construção de um tanque ou de um açude de até dois hectares de lâmina d'água sem a necessidade de licença ambiental, que sempre foi algo muito burocratizado. Todas as vezes que se procurava essa licença se demorava muito tempo, mas agora nós temos uma portaria ministerial diferenciada que permite que açudes, que tanques de até cinco hectares de lâmina d'água possam ser feitos sem a necessidade de licenciamento ambiental.

Isso facilitou demais a vida do pequeno e do médio produtores. E vale ressaltar, Sr. Presidente, que essa preocupação toda do Governo do Estado do Acre está inteiramente consorciada com um projeto de desenvolvimento sustentável em curso naquele Estado, porque, ao mesmo tempo em que a gente se preocupa com a piscicultura, a gente se preocupa com a agricultura, a gente se preocupa com a pecuária de qualidade e a gente se preocupa com a floresta.

Se a gente pega no aspecto da floresta, podemos ir a um exemplo acontecido na cidade de Xapuri uma semana atrás. Uma semana atrás, estávamos em Xapuri com o Governador Tião Viana, fazendo o lançamento dos mesmos programas, construção de açudes, plantio de florestas, de seringueiras, e também foi feito o anúncio para o plano de manejo comunitário, que atinge diretamente centenas de famílias daquele Município de Xapuri, daqueles seringais de Xapuri. Vale lembrar que Xapuri é uma cidade de um grande significado para nós – para nós do Acre e para nós do Brasil também, porque de Xapuri saiu a personalidade do seringueiro ambientalista Chico Mendes. Foi ele quem primeiro deu o grito em defesa da floresta, em defesa da Amazônia e conseguiu transformar em prática uma preocupação que antes era muito teórica.

Chico Mendes mostrou na prática que a melhor forma de proteger a Amazônia, a melhor forma de proteger a floresta é gerar condições de vida economicamente sustentáveis para as pessoas. Na medida em que a gente tem alternativa de renda, alternativa de melhoria de qualidade de vida para as pessoas na floresta, na medida em que a gente garante os direitos dos povos da floresta, aí sim a gente vai estar protegendo a floresta, porque se tem uma forma eficiente de proteger a floresta é garantir na floresta a presença das pessoas que protegem a floresta.

Então, os seringueiros de Xapuri são um exemplo para o Brasil nesse sentido. Nós temos lá a Reserva Extrativista Chico Mendes, que na realidade não só atinge o território de Xapuri, mas atinge quase todo o território do Vale do Acre, são vários Municípios envolvidos nesta grande reserva. E exatamente nesta Região fizemos a assinatura da autorização para o plano de manejo comunitário.

O que significa um plano de manejo em floresta nativa? Significa que a extração da madeira para os fins de beneficiamento industrial só acontece com base num estudo técnico aprofundado, onde só são extraídas árvores que já estão maduras, que já estão prontas para serem extraídas. Dessa forma, extraí-se a árvore madura e se protegem as demais árvores, sempre fazendo um corte, um “estilhão” que permite a exploração de um número x de hectares por ano e, no ano seguinte, exploram uma outra área e assim sucessivamente, e vai-se fazendo um rodízio de tal maneira que a floresta permanece intacta. As árvores extraídas são exatamente aquelas que naturalmente iriam cair, iriam morrer, por força da natureza.

Na realidade, o que é o manejo florestal? O manejo florestal é apenas a aplicação, na prática, de algo que a natureza já faria. É o homem se apropriando de um conhecimento natural, um conhecimento que a natureza já desenvolveu ao longo dos tempos, fazendo desse conhecimento, dessa sabedoria, uma forma de obtenção de condições econômicas para as famílias que exploram essa atividade.

E a política ambiental do Governo do Acre avançou muito nesse sentido. Por quê? Porque ela estudou, ela se dedicou, reuniram-se os pensadores dos mais diferentes institutos, dos mais diferentes órgãos para se chegar a esse nível de conhecimento. Então, ao mesmo tempo em que se trabalha com a floresta nativa, trabalha-se com o manejo florestal – manejo florestal comunitário, manejo florestal empresarial também – a partir de um plano de utilização adequada das florestas públicas, das florestas do Estado; ao mesmo tempo em que se faz isso, trabalha-se também com o plantio de árvores para uma correção do nosso déficit ambiental nas áreas já degradadas.

Veja que, na extensão territorial do Acre de 16 milhões de hectares, nós temos pelo menos dois milhões de hectares que já foram explorados, já foram convertidos, são florestas já convertidas. Esses 2 milhões de hectares que o Acre possui que já são de áreas já convertidas precisam de uma destinação adequada e

que seja economicamente sustentável. Nesse sentido, nós temos uma contribuição excepcional da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que tem, no Estado do Acre, feito um trabalho excepcional no sentido de recuperar pastagens, fazer aumentar a produtividade numa mesma extensão territorial de tal maneira que, cuidando para produzir mais nas áreas já desmatadas, a gente não vá fazer pressão sobre a floresta que está em pé.

Dessa maneira, acreditamos que é possível transformar os dois milhões de hectares já convertidos em áreas produtivas para evitar fazer pressão na floresta, porque a floresta tem uma outra forma de rendimento que a gente espera, seja por meio do manejo, extraíndo árvore já madura, seja por meio do crédito de carbono, poder entrar no mercado do presente e do futuro, no sentido de fazer a população da floresta extrair vantagem pelo fato da proteção que a floresta nos oferece.

Então, Sr. Presidente, como eu estava falando, a nossa política, o nosso projeto de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre procura ser um projeto que atenta para todas as dimensões.

Nós chegamos, durante o Governo do Governador Jorge Viana, a nos apegar a um vocábulo novo, um conceito novo, que é o conceito de florestania. Aí as pessoas podem perguntar: "Mas o que significa florestania?". Florestania tem muitos significados, mas poderíamos fazer, de maneira bem simplória, a seguinte comparação: se a gente tem a terminologia cidadania, que é um vocábulo muito voltado para os direitos e deveres das pessoas que vivem nas cidades, a gente pode também trabalhar com florestania, que é um conceito que tenta traduzir, de maneira ampliada, a extensão dos direitos também para os povos que vivem na floresta.

Então, se nos preocupamos em levar melhores condições de vida para as pessoas que vivem nas cidades, também temos que nos preocupar em levar esses mesmos direitos às pessoas que vivem na floresta, porque, senão, a gente não vai conseguir conter o êxodo, a saída das pessoas das florestas para as cidades. E as nossas cidades são absolutamente insustentáveis.

Ou a gente tem uma política permanente de fortalecimento da vida na floresta, de fortalecimento da vida no campo, de fortalecimento da vida dos setores produtivos, ou a gente vai ter cidades cada vez mais inchadas, cada vez mais cheias de problemas, cada

vez mais suscetíveis às endemias e aos problemas todos com os quais a gente se depara. Ou temos uma política voltada para manter o homem nas suas áreas produtivas, ou não vamos ter cidades sustentáveis no futuro.

Então, o teólogo Leonardo Boff chegou a afirmar que essa terminologia florestania foi a metáfora mais perfeita que encontrou para um projeto de desenvolvimento sustentável. Por quê? Porque a intenção da florestania é justamente dar resposta às seis dimensões necessárias para a sustentabilidade, pois só vamos ter uma sociedade sustentável se respondermos à questão econômica, à questão ambiental, à questão política, à questão cultural, social e ética.

E a gente tenta entender a florestania como sendo essa possibilidade de a gente reunir num único vocabulário essas seis dimensões da sustentabilidade.

Então, quando estamos falando, aqui, de um programa de piscicultura no Governo do Estado do Acre, não estamos falando de uma atividade isolada. Estamos falando de uma atividade que se associa a tantas outras atividades do Estado para garantir melhores condições de vida e de trabalho e de dignidade para todo o povo.

E, dentro desse raciocínio, Sr. Presidente, vale ressaltar que esse programa de piscicultura, que está sendo levado com toda a força pelo Governador Tião Viana, conta com importantes parceiros. Temos a parceria do Banco da Amazônia. O Banco da Amazônia, hoje, está completamente aberto a esse programa, está-se dispondo a financiar desde o microprodutor ao médio produtor, ao grande produtor. E o sucesso de um programa dessa magnitude só tem condição de ser assegurado se tivermos os financiamentos, e os financiamentos têm de estar inteiramente antenados, associados, sintonizados com a política central do Governo.

Então, na realidade, quando a Presidente Dilma se lança ao desafio de promover uma política radical de combate à pobreza e de erradicação da miséria e da fome, logo temos de entender que todos os órgãos do Governo Federal, sejam as agências financeiras, sejam os Ministérios, todos têm de estar sintonizados com essa intenção da Presidente Dilma.

E o Banco da Amazônia, neste momento, podemos afirmar que está inteiramente sintonizado e está sendo um grande parceiro do Governo do Acre nesse programa de piscicultura.

A mesma coisa podemos dizer da Embrapa, que tem também nos dado uma grande contribuição com seus estudos permanentes, com as pesquisas e os resultados a que tem chegado, no sentido de fazer com que se produza cada vez mais em áreas menores, diminuindo o impacto sobre a floresta, que é o nosso grande objetivo. Porque a sociedade sustentável e o projeto de desenvolvimento sustentável que nós defendemos têm exatamente esta finalidade: garantir boas condições de vida para a geração atual, que a renda melhore e que as pessoas vivam melhor na atualidade, mas também precisamos nos preocupar com as gerações futuras. A gente tem de ter esse pacto de gerações, de conseguir boas condições de vida agora, mas se preocupando com as gerações futuras. E esse trabalho da Embrapa é fundamental, porque ela está permanentemente estudando os mecanismos para que possamos produzir cada vez mais e melhor, sem fazer pressão à floresta, porque nós precisamos constantemente nos preocupar com a preservação da floresta, porque é a garantia de sobrevivência com qualidade de vida para as gerações futuras.

E, para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma ressalva a mais. Nós aprovamos aqui, na quarta-feira, a política de valorização do salário mínimo para o período de 2012 a 2015 e aprovamos também o salário mínimo vigente de 2011, de R\$545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

Vale a pena ressaltar que, ontem mesmo, já saiu o novo resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, e houve, em janeiro de 2011, a criação de 152.091 novos empregos formais. Isso representa uma expansão de 0,42% em relação a dezembro do ano passado. O relatório foi divulgado nesta quinta-feira, e os números indicam que, em janeiro, já está apontado como o segundo lugar em termos de crescimento de empregos no Brasil.

O Brasil está gerando, nos últimos 12 meses, 2,4 milhões empregos formais. Isso prova que a política iniciada pelo Presidente Lula e que está tendo continuidade pela Presidente Dilma é uma política correta, é uma política que se preocupa com a geração de empregos, com a sustentabilidade econômica do País e com o equilíbrio fiscal. A Presidente Dilma está permanentemente preocupada com o não avanço da inflação e está, ao mesmo tempo, cuidando da inflação, para que não sofra um estouro, mas está promovendo crescimento a partir da geração de empregos.

Então, esses resultados, tanto o do mês de janeiro quanto o acumulado dos últimos 12 meses, nos dão a

garantia de que o Brasil está no caminho certo, com o Presidente Lula e, agora, com a Presidente Dilma.

Estamos muito confiantes em nosso futuro: o de que o Brasil continuará crescendo. O futuro será alvisareiro para o povo brasileiro, de 2011 a 2015, e cada vez será melhor, se Deus quiser.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Anibal, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento amazônida que fez sobre o seu Estado, porque eu entendo realmente que é a partir de ideias como as suas, que visam a valorizar, primeiramente, o ser humano que vive na Amazônia, por meio de ações que V. Ex^a chama de “florestania”; e se nós não fizermos isso, já dizia Darcy Ribeiro lá atrás, se não dermos condições às pessoas que vivem na Amazônia de terem uma vida melhor, como elas vão se sensibilizar para qualquer tipo de desenvolvimento sustentável? E a piscicultura, que V. Ex^a citou, é importante; é muito importante também que tenhamos investimentos garantidos pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, para aproveitar as áreas já desmatadas, senão o que fica nessas áreas desmatadas? Fica uma vegetação que é daninha, na maior parte das vezes, e que não tem aproveitamento nenhum.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu solicito a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho tratar hoje de uma questão extremamente importante para o Estado de Roraima e que nós temos lutado, ao longo dos últimos anos, para que o nosso Estado se estruture em seu modelo econômico e tenha produção, geração de empregos e melhor renda para a população.

Entre os aspectos que nós vemos como opção forte para a economia de Roraima, está a estruturação da área de livre comércio, que trabalhei muito para que fosse implantada, e também a Zona de Processamento de Exportação. Além disso, a nossa posição geopolítica de fronteira com a Venezuela e com a Guiana nos dá uma condição importante para a plataforma de comércio exterior, mas, para que tudo isso aconteça, é importante que nós tenhamos a estruturação ou a

infraestrutura necessária das condições de transporte para o nosso Estado, e um dos pontos em que me tenho debruçado é exatamente a questão do transporte aerooviário.

O Aeroporto Internacional de Boa Vista foi reformado no Governo do Presidente Lula, reconstruído e, portanto, teve recursos vultosos aplicados. Tivemos uma melhoria bastante forte no aeroporto, fruto também do nosso trabalho, do nosso esforço, da dedicação do Ministério da Defesa e da Infraero. Falta agora uma segunda parte na estruturação do aeroporto.

Desde 2009, nós lutávamos junto à Infraero, juntamente ao então Presidente Murilo Marques Barboza, para que fosse construído o novo terminal de carga, sendo assim definido o armazém alfandegado para a área de livre comércio de Boa Vista. Em 2009, reafirmei a necessidade urgente da construção desse setor de carga no aeroporto e, em 14 de janeiro de 2010 – portanto, há mais de um ano –, a Infraero aprovou a construção do armazém alfandegado do setor de cargas aéreas e, neste ano, se iniciam as obras para a construção desse setor de cargas.

É muito importante que essa obra seja feita rapidamente – a licitação já foi lançada –, porque, além de atender a área de livre comércio, além de atender o comércio de Boa Vista e de Roraima, sem dúvida alguma, o Aeroporto de Boa Vista, com um terminal de cargas em condições de funcionar bem, é uma alternativa ao transporte de cargas também para Manaus. Hoje, o Aeroporto de Manaus está sobrecarregado, e o despacho de materiais, de equipamentos, de mercadorias nesse aeroporto demora vários dias.

Boa Vista, em Roraima, pode virar rota alternativa, para que nós tenhamos condições de receber mercadorias, até para despachá-las, via terrestre, para a Zona Franca de Manaus.

Portanto, eu quero aqui registrar que esse é um dos caminhos que vejo para o fortalecimento do nosso comércio. E quero agradecer à Infraero, ao seu então Presidente Murilo Marques Barboza, que atendeu o nosso pleito, e reafirmar ao novo Presidente da Infraero, que assumiu esta semana, que é importante que essa obra continue de forma acelerada, porque é uma obra estratégica para Roraima e para a Amazônia Ocidental.

Ao fazer este registro, peço a transcrição dos ofícios que encaminhei à Infraero e também da resposta ao Ofício nº 827, de 14 de janeiro de 2010, recebido da Infraero, confirmando o nosso pleito, atendendo o

nossa pleito, e fazendo com que esse terminal de carga fosse licitado, estando agora em construção, para o nosso júbilo, para a nossa satisfação. Como eu disse, é um instrumento importante para consolidar a Área de Livre Comércio e a ZPE, que nós lutamos para levar para Roraima, e também um instrumento importante para fortalecer a matriz de transporte da Amazônia Ocidental, atendendo inclusive o Estado do Amazonas e a Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Of. nº 189/2009 – GAB SRJ

Brasília, 2 de dezembro de 2010

Senhor Presidente,

Venho à presença de Vossa Excelência solicitar concessão emergencial de área no Aeroporto Internacional de Boa Vista – RR, para receber mercadorias em armazém alfandegário, por conta da Área de Livre Comércio – ALC, implantada naquela capital do Estado de Roraima.

A ALC Boa Vista foi criada pela Lei nº 11.732, sancionada no dia 30 de junho de 2008. Com a regulamentação da área, empresários cadastrados na SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) passaram a ter carga tributária reduzida, podendo oferecer mercadorias a preços mais acessíveis aos consumidores.

No entanto, desde a regulamentação da ALC, nossos comerciantes têm tido a dificuldade de movimentar seus negócios devido à falta de um local apropriado para a Receita Federal efetuar a fiscalização de mercadorias.

Como Senador da República pelo Estado de Roraima, e líder do Governo do Presidente Lula, faço esse apelo à Infraero, para que possamos resolver de uma vez por todas essa questão do armazenamento, inclusive com a instalação provisória, por parte da Infraero, de armazém inflável – se for o caso.

Certo de merecer sua especial atenção a respeito, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para ajudar no que for preciso para o atendimento do referido e justo pleito.

Respeitosamente, **Romero Jucá**, Senador da República pelo Estado de Roraima.

INFRAERO

CF N.º 827/PR/2010

Brasília, 14 de janeiro de 2010.

Sua Excelência o Senhor
ROMERO JUCÁ
Senador da República pelo Estado de Roraima
Gabinete do Senador n. 12 - Anexo II do Senado Federal
70165-900 – Brasília -DF

Assunto: Ampliação do Armazém Alfandegado de
Boa Vista
Ref.: Of.189/2009 – GAB SRJ, de 02/12/2009
Anexo: 1- ATA
2- Contrato Goiânia – Fornecimento de
Estruturado
3- Portaria RFB nº 1.022, de 30/09/2009.

Prezado Senador,

Em atenção ao Ofício de Vossa Excelência, expressamos que a INFRAERO vem buscando dotar o Aeroporto Internacional de Boa Vista das melhores condições para atender ao desembarque das cargas internacionais, dentro do que preceitua a própria legislação aduaneira do comércio internacional.

Neste aspecto, a Portaria RFB nº 1.022, de 30 de março de 2009, anexa, que estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos e dá outras providências, exige que os Terminais de Cargas sejam dotados de infraestrutura que garanta a segurança do recinto e da carga, não sendo aconselhável a implantação de armazém inflável pela fragilidade de sua construção e instalação, além de requerer um sistema de abastecimento de energia elétrica que garanta o funcionamento do armazém ininterrupto.

Assim, em virtude do requisito de alfandegamento exigido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, a INFRAERO encaminhará àquela Secretaria

proposta de construção de um Estruturado de 400 m² para ampliar a capacidade atual do recinto de Boa Vista, a exemplo do que foi realizado recentemente no Aeroporto de Goiânia.

Esclareço que o processo de ativação da construção é relativamente curto. Após o “de acordo” da SRFB, o processo vai a Leilão Eletrônico (15 a 20 dias) e após a seleção, a firma vencedora terá 60 (sessenta) dias para execução e entrega das obras.

Dessa forma, garantimos a Vossa Excelência o compromisso da INFRAERO em dotar o Aeroporto de Boa Vista de infraestrutura e condições operacionais adequadas ao desenvolvimento dessa importante região.

Respeitosamente,



MURILO MARQUES BARBOZA
Presidente

INFRAERO	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO NORTE - SRNO AEROPORTO DE BOA VISTA - SBBV		ATA DE REUNIÃO
LOCAL:	Sala da Superintendência	DATA:	18/11/2009
INÍCIO/HORA:	10h00	TERMINO/HORA:	12h00
ASSUNTOS TRATADOS:	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desembarque de Mercadoria Importada - 1ª Primeira Feira da Indústria Chinesa da Amazônia 		

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:

A reunião foi iniciada pelo Superintendente Regional Adjunto Administrativo da INFRAERO citando os itens apresentados na reunião do dia 10/11/2009, objetivando nivelar conhecimento entre os participantes, a fim de detalhar as ações da Receita Federal, Polícia Federal, Governo do Estado de Roraima, AECB – ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS CHINESES NO BRASIL E BRASILEIROS NA CHINA e INFRAERO, necessárias para o desembarque das cargas internacionais, no Aeroporto Internacional de Boa Vista, para atender a 1ª Primeira Feira da Indústria Chinesa da Amazônia, que se realizará no período de 11 a 19/12/2009, Boa Vista/ RR.

RECEITA FEDERAL:

- Informou que o processamento da carga ocorrerá da seguinte forma: a carga virá em container lacrado via DTA e após encerramento do trânsito a INFRAERO iniciará a conferência física da carga. Após o registro da DI e parametrização, caso caia no canal verde, a carga não necessita de verificação pela Receita Federal, exceto no caso de canal vermelho.

POLÍCIA FEDERAL:

- Verificará junto direção da PF a possibilidade da utilização de PM ou Polícia civil na área restrita para atender essa operação, informando a INFRAERO até dia 19/11/2009;

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA:

- Disponibilizará policiamento para atender a operação;

AECB:

- Informou que as dimensões do container são: 20 pés = 6m de comp/2,20 larg./2,30 alt. (150 palletes) e 40 pés= 12m de comp/2,20 larg./2,30 alt. (300 palletes);

Disponibilizará:

- 01 caminhão baú vazio;
- Empilhadeira;
- Matrin;

INFRAERO:

Informou da necessidade de:

- policial de trânsito para coordenar o acesso do caminhão à área restrita do Aeroporto
- policiamento na área restrita;
- container vazio para armazenagem da carga;

- empilhadeira para carga e descarga da mercadoria de no mínimo 2,5 ton.
- matrín;
- previsão de chegada dos containeres no Aeroporto Internacional de Boa Vista;
- Deverão ser informados pelas empresas envolvidas, até dia 20/11/2009 à INFRAERO os dados dos empregados e equipamentos que acessarão a área restrita.

Disponibilizará:

- Equipe para atender a operação e área para realização da operação.

Foi informando também do cumprimento da Portaria de 219, onde estão estabelecidos os valores a serem cobrados pela operação, cujo pagamento é à vista. A liberação da mercadoria está condicionada a comprovação do pagamento.

CONCLUSÃO:

O Superintendente Regional Adjunto Administrativo informou que a INFRAERO estará preparada para atender a operação a partir do dia 24/11/2009.

Nada mais foi tratado, dando assim por encerrada a reunião.

NOME	EMPRESA/LOTAÇÃO	ASSINATURA
1- CID CARLOS CHAVES BONECKER	INFRAERO/RANO	
2- MARIA CRISTINA ANUNCIAÇÃO PRADO	INFRAERO/EGLC	
3- TANIA MARIA DE AQUINO BRITO	INFRAERO/CMNO	
4- LUIZ CARLOS GOMES CAMELO	INFRAERO/SBSN	
5- OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO	CHEFE DA EQUIPE ADUANEIRA	
6- JOAQUIM JERÔNIMO DA SILVA FILHO	CHEFE SUBS. DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	
7- JOSÉ RONALDO DE SENA	AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL	
8- CHHAI KWOK CHHENG	AECB	
9- RUDSON LEITE DA SILVA	AECB	
10- CAMILE FIGUEIREDO JUCAR	AGENTE DA POLÍCIA	
11- SÉRGIO PILLON	SECRETÁRIO	
12- AROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS	SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO	

TERMO DE CONTRATO

| Nº 0009-SF/2009/0011

CONTRATANTE

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
 DEPENDÊNCIA: AEROPORTO DE GOIÂNIA SANT GENOVEVA CNPJ Nº 00.352.294/0011-92
 ENDEREÇO: SETOR SANTA GENOVEVA – GOIÂNIA-GO – CEP:74672-900
 REPRESENTANTE LEGAL: JUCÉLIO ALVES DE OLIVEIRA CPF: 318.958.321-87 OAB/MG 60574 ILMAR MARTINS DE OLIVEIRA CPF 389.507.151-04 RG Nº 12552708 SSP/SP

CONTRATADA

NOME: TENDAS EL SHADAI LTDA
 CNPJ Nº 04.747.439/0001-33 FONE: (62)3295-5064
 ENDEREÇO: AV. ANHANGUERA Nº 9630 SALA 02 – ST. AEROVIÁRIO – GOIÂNIA-GO – CEP:74435-300
 REPRESENTANTE LEGAL: THIAGO MATIAS SILVESTRE RG: 3602639 SSP-GO CPF: 880.200.881-72

OBJETO

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UM ESTRUTURADO DE 400M² (QUATROCENTOS METROS QUADRADOS), PARA O TERMINAL DE LOGÍSTICA DE CARGA – TECA, DO AEROPORTO DE GOIÂNIA, EM GOIÂNIA-GO.

PREÇO/VALOR DO CONTRATO

VALOR GLOBAL: R\$ R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais)

PRAZO

DURAÇÃO: 60 (sessenta) dias corridos

INÍCIO: a partir da expedição da Ordem de Fornecimento

FONTE DE RECURSOS

RECURSOS: PRÓPRIOS UNIÃO FEDERAL - PROGRAMA:

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 011.132.06.001-6 11.111-5 Matriz 29478

J32 OS 003 -2

DOCUMENTAÇÃO ANEXA

Pregão Eletrônico Nº 002/GOAF/SBGO/2009 DESIGNAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO
 PROPOSTA - 16/04/09 TERMO DE REFERÊNCIA
 PLANILHA DE PREÇOS
 GARANTIA DE EXECUÇÃO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: GLOBAL FIXO

CONDIÇÕES GERAIS

O PRESENTE CONTRATO É ASSINADO EM TRES VIAS, DE IGUAL TEOR E FORMA E REGER-SE-Á POR SEUS ANEXOS, CLÁUSULAS E CONDIÇÕES QUE SE SEGUEM E NÓRMAS EM VIGOR QUE LHE SÃO APLICÁVEIS, EM ESPECIAL PELO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA INFRAERO, DORAVANTE DENOMINADO SIMPLEMENTE REGULAMENTO, PUBLICADO NO "DIÁRIO OFICIAL" DA UNIÃO, DE 04 DE AGOSTO DE 1998, SEÇÃO I, PÁGS. 44 A 53; PELO DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005, SUJEITANDO-SE, NO QUE COUBER, ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

LOCAL/DATA/ASSINATURA

Goiânia - GO, 14 de 05 de 2009.

CONTRATANTE
 JUCÉLIO ALVES DE OLIVEIRA
 Superintendente

CONTRATADA
 THIAGO MATIAS SILVESTRE
 Representante Legal

CONTRATANTE
 ILMAR MARTINS DE OLIVEIRA
 Coordenador de Adm. e Financeira

TESTEMUNHA
 NOME: Sanderval Pinto Brandão
 C. IDENT.: 1.713.204 SSP/GO

TESTEMUNHA
 NOME: Gilmar Antônio Barbosa
 C. IDENT.: 1.713.204 SSP/GO

À

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Praça Capitão Frazão, n° 913 Setor Santa Genoveva – Goiânia/GO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 003/GOAF/SBGO/2009

PLANTILLA DE PREÇOS

CNPJ: 04.747.439/0001-33

Tendas El Shaddai Ltda

Av: anhanguera, nº 9.630 – Setor Aeroportuário – Goiânia – GO CEP: 74.435-300 Fone/Fax: (062) 3295-5064

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FABRICANTE/PROVEDOR MARCA/MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Fornecimento e instalação de um telhado estruturado de 400m² (quatro telhados metálicos com estrutura de alumínio e poliestireno isolante)	Tendas El Shaddai Ltda Modelo: Galpão telhado poliestireno			
1.1	Fornecimento e instalação de um telhado estruturado de 400m² (quatro telhados metálicos com estrutura de alumínio e poliestireno isolante)	Tendas El Shaddai Ltda Modelo: Galpão telhado poliestireno			
1.2	Especificação detalhada				
1.3	Instalação e montagem de um telhado estruturado de 400m² para o Terminal de Passageiros do Aeroporto de Goiânia			R\$ 218,75	R\$ 87.500,00
1.4	Materiais				
Comproponho-nos a executar fornecer o(s) serviço(s)/material(is) acima constante(s) submetendo-nos às condições expressas no Edital, nestas plantilhas de preços.			TOTAL: R\$ 87.500,00		
04 747 439/0001-33					
Goiânia, 16 de Abril de 2009. Tendas El Shaddai Ltda Av. Anhanguera, 9.630 Sala 02 St. Aeroportuário - CEP 74435-300			PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGA: Até 60 (sessenta) corridos dias		
<i>L. G. GOLIANA-GO L. G. GOLIANA-GO Tendas El Shaddai Ltda</i>			VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias		
			GARANTIA: 12 meses		

PORTRARIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB Nº 1.022 DE 30.03.2009

D.O.U.: 31.03.2009

Estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, XIX, XX e XXI do art. 261 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de março de 2009, e tendo em vista o disposto nos arts. 35, 36 e 107 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, com redação dada pela Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; no inciso III do art. 12, no § 1º do art. 25 e no § 2º do art 288 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; no art. 4º, no inciso II do § 5º do art. 33 e nos arts. 35 e 36 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; nos arts. 76 e 92 da Lei nº 10.833, de 2003; no Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996; e no art. 10, nos incisos I, II, III e IV do caput e nos §§ 1º, 4º e 6º do art. 13 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O alfandegamento de locais e recintos para movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, para a circulação de veículos e passageiros em viagem internacional e para a prestação de serviços conexos obedecerá às disposições desta Portaria.

Art. 2º Poderão ser alfandegados:

I - portos, aeroportos e instalações portuárias, administrados pelas pessoas jurídicas:

- a) concessionárias ou permissionárias dos serviços portuários e aeroportuários, ou empresas e órgãos públicos constituidos para prestá-los;
- b) autorizadas a explorar instalações portuárias de uso privativo exclusivo, misto ou de turismo, nas respectivas instalações; e
- c) arrendatárias de instalações portuárias de uso público;

II - recintos denominados Portos Secos, administrados pelas pessoas jurídicas titulares das respectivas permissões ou concessões;

III - bases militares, sob responsabilidade das Forças Armadas;

IV - recintos de exposições, feiras, congressos, apresentações artísticas, torneios esportivos e assemelhados, sob a responsabilidade da pessoa jurídica promotora do evento;

V - lojas francas e seus depósitos, sob a responsabilidade da respectiva empresa exploradora;

VI - recintos para movimentação e armazenagem de remessas expressas e de remessas postais internacionais, sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

VII - silos ou tanques para armazenamento de produtos a granel, localizados em áreas contíguas a porto organizado ou instalações portuárias, ligados a estes por tubulações, esteiras rolantes ou similares, instaladas em caráter permanente; e

VIII - recintos para quarentena de animais, sob responsabilidade do órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Poderão ainda ser alfandegados pontos de fronteira, sob responsabilidade direta da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 3º O alfandegamento compreenderá:

I - cais e águas para atracação, carga, descarga ou transbordo de embarcações no transporte internacional;

II - pátios contíguos à faixa de cais referidos no inciso I, necessários à movimentação de cargas para embarque (pré-stacking) ou imediatamente após o desembarque (stacking);

III - pistas e pátio de manobras utilizados por aeronaves em vôos internacionais;

IV - áreas destinadas ao carregamento e descarregamento de aeronaves no transporte internacional;

V - pistas de circulação de veículos e equipamentos de movimentação de cargas para acesso às áreas referidas nos incisos I a IV;

VI - estruturas de armazenagem tais como: silos, tanques, pátios e edifícios de armazéns, ou qualquer outra estrutura adequada à guarda e preservação de carga;

VII - terminais de carga e terminais de passageiros internacionais; e

VIII - lojas francas e depósitos de lojas francas.

§ 1º As estruturas a que se refere o inciso VI, VII e VIII do caput poderão ser tratadas como recintos isolados para efeito de alfandegamento, mesmo quando estiverem sob a responsabilidade direta da empresa ou órgão público criado para administrar o local ou recinto.

§ 2º Esteiras e dutos para carga e descarga serão alfandegados juntamente com o recinto de armazém ou silo ao qual estejam conectados, mesmo que sejam de uso compartilhado por diferentes operadores.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também a terminais portuários privativos, de uso exclusivo, misto, ou de turismo, para movimentação de passageiros em viagem internacional, inclusive localizados fora da área do porto organizado.

CAPÍTULO II DOS REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS PARA O ALFANDEGAMENTO DE LOCAIS E RECINTOS

Art. 4º A área do local ou recinto a ser alfandegado deverá estar segregada de forma a permitir a definição de seu perímetro e oferecer isolamento e proteção adequados às atividades nele executadas.

§ 1º A segregação do local ou recinto poderá ser feita por muros de alvenaria, alambrados, cercas, divisórias ou pela combinação desses meios, com altura mínima de 2,50m (dois inteiros e cinquenta centésimos de metro), de forma a direcionar a entrada ou saída de pessoas, veículos e cargas por portão ou ponto autorizado.

§ 2º Poderá ser dispensada a segregação pelos meios referidos no § 1º quando obstáculos naturais garantirem o isolamento da área ou quando as características específicas das mercadorias puderem permitir o controle de sua movimentação e armazenamento.

Art. 5º Poderá ser exigido o isolamento de áreas dentro do local ou recinto, em função da natureza das mercadorias para armazenagem e do tipo de operação a ser efetuada.

§ 1º A segregação entre áreas com mercadorias em situação aduaneira diferentes, quando exigida, deve ser tal que ofereça obstáculo à passagem de uma para outra.

§ 2º A segregação das áreas poderá ser alterada pela administradora do recinto em razão da conveniência e volume das cargas a serem armazenadas, desde que seja preservada a efetividade do controle aduaneiro sobre a movimentação interna de mercadoria.

Art. 6º O local ou recinto que receba carga em contêineres, transportada em carrocerias rodoviárias fechadas do tipo baú, vagões ferroviários não graneleiros ou em paletes de transporte aéreo deve reservar área coberta para verificação de mercadorias, dotada de piso plano, que permita o deslocamento de empilhadeiras ou equipamentos de movimentação de carga, e de iluminação artificial.

§ 1º Deverá também ser reservada área coberta, compatível com o movimento médio diário do recinto, própria para o estacionamento de caminhões carregados com cargas em trânsito aduaneiro, visando possibilitar a execução dos procedimentos aduaneiros.

§ 2º As dimensões e características das áreas referidas neste artigo estarão sujeitas à análise e aprovação da autoridade aduaneira jurisdicionante.

§ 3º A área coberta de que trata o caput deve ser exclusiva e dimensionada para atender ao volume de carga movimentado e selecionado, diariamente, para conferência pelos órgãos competentes.

Art. 7º As vias de circulação internas, os pátios de estacionamento, as áreas para contêineres vazios, para contêineres de cargas em trânsito aduaneiro, para cargas especiais (a exemplo de explosivas, inflamáveis, tóxicas, que exalem odor desagradável) ou que exijam cuidados especiais para o seu transporte, manipulação, tratamento químico ou armazenagem deverão estar convenientemente distribuídas em relação às linhas de fluxo no local ou recinto, de forma a proporcionar a segurança das pessoas e do patrimônio, permitir o adequado fluxo de veículos e facilitar os controles aduaneiros.

Parágrafo único. As vias, pátios e áreas referidas no caput, bem como as áreas de segurança e os corredores de circulação de pessoas deverão ser sinalizados horizontal e verticalmente.

Art. 8º A administradora do local ou recinto deverá disponibilizar, sem custos para a RFB durante todo o período de vigência do alfandegamento, escritório exclusivo, próximo das áreas de conferência física de cargas e veículos, bem como estacionamento privativo para os servidores do órgão.

§ 1º O escritório deverá ser guarnecido por mobiliário e material permanente, estações de trabalho, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água, serviços de telefonia, acesso à Internet em banda larga ou meio equivalente e instalação de rede exclusiva para os sistemas informatizados da RFB.

§ 2º O escritório da RFB, desde que garantidas a privacidade e a segurança de seus servidores, pode ser instalado em edifício de uso comum dos demais órgãos e agências da administração pública que atuam no local e da própria administração do recinto, se essa disposição facilitar o atendimento ao público e a comunicação pessoal direta.

§ 3º O escritório a que se refere o caput compreende:

I - isolamento interno em relação aos escritórios da administração do local ou recinto e de outros órgãos e agências da administração pública, por meio de paredes ou divisórias, e portas; e

II - áreas próprias para:

a) servidores e equipamentos da rede exclusiva da RFB;

b) arquivo de documentos;

c) almoxarifado;

d) copa; e

e) sanitários masculino e feminino de uso exclusivo da RFB.

§ 4º O mobiliário e o material permanente a que se refere o § 1º compreendem, entre outros:

I - mesas, cadeiras, poltronas, estantes e gaveteiros;

II - aparelhos de ar condicionado, caso o escritório não seja servido por sistema central de climatização;

III - aparelhos para telefonia, fax e copiadora de documentos;

IV - computadores, impressoras, leitores ópticos de códigos de barra e outros equipamentos de informática (conforme especificação da RFB); e

V - fogão, forno de microondas, purificador de água, cafeteira e geladeira.

§ 5º Nos locais onde houver terminais de passageiros internacionais ou lojas francas, a administradora deverá disponibilizar área privativa para verificação de bens de viajantes, dotada de bancadas próprias para esta atividade.

§ 6º As especificações técnicas para a rede exclusiva da RFB no local ou recinto obedecerão ao estabelecido em Ato Declaratório Executivo (ADE) da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec).

§ 7º O escritório da RFB, bem como quaisquer das exigências acima dispostas, poderão ser dispensados pelo chefe da unidade local jurisdicionante, desde que não haja prejuízo ao desempenho das atividades da fiscalização ou à qualidade dos serviços prestados.

§ 8º A administradora do local ou recinto poderá submeter previamente o projeto do escritório da RFB, bem como dos demais recursos de que trata o caput, à apreciação do chefe da unidade da RFB jurisdicionante, a fim de adequá-lo à vistoria de que trata o § 9º.

§ 9º O dimensionamento, a distribuição interna, a adequação das divisões do escritório da RFB, bem como os demais recursos referidos no caput, deverão ser verificados quando da vistoria prevista no item I do § 2º do art. 19, levando-se em conta as atividades a serem exercidas no local ou recinto, a demanda de despachos aduaneiros e as características do atendimento ao público.

§ 10. As áreas administrativas das Alfândegas e Inspetorias da RFB, quando instaladas em portos e aeroportos, ficarão sujeitas ao rateio das despesas correntes.

Art. 9º A administradora do local ou recinto deve disponibilizar sem custos para a RFB durante todo o período de vigência do alfandegamento:

I - local e equipamentos para guarda e conservação temporária de amostras;

II - instalações privativas destinadas à guarda e armazenamento de mercadorias retidas ou apreendidas, ressalvadas as situações amparadas pelas disposições do art. 31 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976;

III - os seguintes aparelhos e instrumentos para quantificação de mercadorias:

a) balança rodoviária, para os locais ou recintos que movimentem veículos desse modal;

b) balança ferroviária, no caso de local ou recinto que opere neste modal;

c) balança de fluxo estático ou dinâmico na hipótese de cargas a granel sólido movimentadas por esteiras;

d) medidor de fluxo, na hipótese de cargas a granel líquido movimentadas por dutos;

e) balança para pesagem de volumes, com capacidade mínima de 500kg (quinhentos quilogramas) e escala em 200g (duzentos gramas) ou menor, quando no local houver movimentações de carga solta ou em contêiner;

f) balança de precisão, para pesagem de pequenas quantidades, para os locais ou recintos que oprem com mercadorias que requeiram esse tipo de aparelho, inclusive para fins de quantificação de amostras; e

IV - área segregada para que a RFB instale aparelhos para a inspeção não-invasiva de mercadorias, bens de viajante e contêineres, de acordo com o volume e a natureza da carga movimentada no recinto.

§ 1º As balanças e medidores de fluxo referidos nas alíneas "a" a "d" do inciso III do caput deverão incorporar tecnologia digital e estar integrados aos sistemas informatizados de controle, de forma que os registros sejam automáticos, prescindindo da digitação dos dados decorrentes de tais pesagens ou medições, com possibilidade de transmissão ou consulta à distância por parte da autoridade aduaneira jurisdicionante do local ou recinto.

§ 2º Para o alfandegamento de recintos e tanques destinados ao armazenamento de cargas de granel líquido poderá ser dispensado o medidor de fluxo desde que seja possível estabelecer com precisão as quantidades embarcadas ou desembarcadas a partir da mensuração do volume dos tanques realizada por outros equipamentos automatizados que, com medição de nível ou outro meio de efeito equivalente, estejam interligados a sistema com os mesmos requisitos previstos no § 1º.

§ 3º Os equipamentos previstos neste artigo poderão ser substituídos por outros de funções equivalentes, desde que, mediante inspeção e análise por parte da unidade da RFB jurisdicionante, seja confirmada sua eficácia.

§ 4º Os requisitos previstos neste artigo poderão ser dispensados, de forma conjunta ou isolada, pelo chefe da unidade da RFB jurisdicionante nos casos de recintos de bases militares, exposições, feiras, congressos, apresentações artísticas, torneios esportivos e assemelhados, lojas francas e seus depósitos, movimentação e armazenagem de remessas postais internacionais, conferência de bagagem, e naqueles destinados à quarentena de animais, bem como nos casos de pedido devidamente justificado pelo interessado e deferido pela autoridade jurisdicionante.

§ 5º A administradora do local ou recinto poderá submeter previamente o projeto do local e instalações, bem como as especificações dos demais requisitos técnicos e operacionais de que trata este artigo, à apreciação do chefe da unidade da RFB jurisdicionante, a fim de adequá-lo à vistoria de que trata o § 6º.

§ 6º O dimensionamento, a distribuição interna, a adequação das divisões do local e das instalações, bem como dos demais requisitos técnicos e operacionais referidos neste artigo deverão ser verificados quando da vistoria prevista no item I do § 2º do art. 19, levando-se em conta as atividades a serem exercidas no local ou recinto, a demanda de despachos aduaneiros e as características do atendimento ao público.

Art. 10. A administradora do local ou recinto alfandegado deverá disponibilizar sem custo para a RFB durante todo o período de vigência do alfandegamento pessoal técnico qualificado para operar os aparelhos e instrumentos relacionados no inciso III do art. 9º, observando os requisitos profissionais legais e normas técnicas aplicáveis, inclusive em relação à segurança laboral e proteção ambiental.

Art. 11. O local ou recinto que receba animais vivos, plantas ou parte delas, movimente cargas frigorificadas, tóxicas, explosivas ou quaisquer outras que exijam cuidados especiais no transporte, manipulação ou armazenagem deverá dispor de curral, baías, armazém especial, câmara frigorífica ou área isolada especial, conforme o caso, que permita a descarga e a verificação de uma unidade de transporte, pelo menos, de acordo com os requisitos técnicos, condições operacionais e de segurança definidos pelas autoridades competentes.

Parágrafo único. A exigência de estruturas, construções ou áreas especiais poderá ser dispensada no local ou recinto que movimente as cargas referidas no caput somente em trânsito aduaneiro, na importação ou exportação, ressalvadas as condições estabelecidas pelos outros órgãos e agências da administração pública.

Art. 12. O local ou recinto deverá dispor de instalações e equipamentos para o bom atendimento ao público em geral, condutores de veículos de transporte, despachantes aduaneiros e outros intervenientes, que atuem ou circulem por suas dependências, proporcionando boas condições de segurança, conforto, higiene e comodidade aos usuários desses serviços.

Art. 13. O local ou recinto deverá dispor de sistema de monitoramento e vigilância de suas dependências, mediante a instalação de câmeras que permitam captar imagens com nitidez, inclusive à noite, em especial nas áreas de movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como nos portões de acesso e saída, preferencialmente, com equipamento e programa capaz de identificar os caracteres das placas de licenciamento de veículos e do número de identificação de contêineres.

§ 1º A administradora do local ou recinto alfandegado deverá transmitir, em tempo real, para a unidade da RFB jurisdicionante as imagens e dados do sistema referido no caput, devendo, ainda, manter esses arquivos de imagens e dados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, disponibilizando-os à RFB quando solicitados.

§ 2º As exigências de que trata este artigo poderão ser dispensadas pelo chefe da unidade da RFB jurisdicionante, no caso de recintos de bases militares, exposições, feiras, congressos, apresentações artísticas, torneios esportivos e assemelhados, e outros, a exemplo daqueles destinados à quarentena de animais, observadas as características específicas e a segurança fiscal.

Art. 14. O local ou recinto deve dispor de sistema informatizado que controle o acesso de pessoas e veículos, movimentação de cargas e estocagem de mercadorias.

Parágrafo único. O chefe da unidade da RFB jurisdicionante poderá dispensar recintos de bases militares, de exposições, feiras, congressos, apresentações artísticas, torneios esportivos e assemelhados, e outros, a exemplo daqueles destinados à quarentena de animais, da obrigatoriedade de implantação dos sistemas a que se refere o caput, consideradas as características locais e operacionais.

Art. 15. Os sistemas referidos nos arts. 13 e 14 deverão funcionar ininterruptamente, com acesso para a RFB realizado por conexão direta, fibra óptica, via Internet, ou qualquer outra a critério do chefe da unidade da RFB jurisdicionante, em tempo real, por meio que garanta a qualidade e velocidade da transmissão.

Parágrafo único. O acesso pela RFB aos sistemas referidos no caput poderá ser realizado por troca de informações e integração direta com os sistemas de controle da RFB de acordo com critérios que poderão ser estabelecidos em ADE Conjunto da Cotec e Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana).

Art. 16. Os recintos alfandegados localizados em aeroporto, porto organizado ou em áreas próximas poderão, desde que autorizados pelo chefe da unidade da RFB jurisdicionante, compartilhar os seguintes requisitos:

I - edifício de escritórios dos órgãos e agências da administração pública;

II - sistema de monitoramento e vigilância eletrônica; e

III - aparelhos e instrumentos relacionados no inciso III do art. 9º.

§ 1º As responsabilidades pela manutenção das estruturas, sistemas e equipamentos compartilhados deverão ser definidas isoladamente para os recintos do condomínio, perante a RFB.

§ 2º Consideram-se áreas próximas aquelas situadas dentro de um raio de 2km (dois quilômetros) dos limites do recinto.

Art. 17. As disposições dos arts. 4º ao 16 não dispensam o cumprimento de outras obrigações decorrentes de lei ou de acordo internacional, bem como o atendimento a exigências regulamentares estabelecidas por outros órgãos e agências da administração pública.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO PARA O ALFANDEGAMENTO

Art. 18. A solicitação de alfandegamento será protocolizada pelo interessado na unidade da RFB jurisdicionante para fins de fiscalização aduaneira sobre o local ou recinto, informando sua localização, os tipos de carga ou mercadorias que movimentará e armazenará, as operações aduaneiras que pretende realizar, inclusive cabotagem, e os regimes aduaneiros que pretende operar, e deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - extrato do contrato ou ato de concessão, permissão, arrendamento ou autorização, onde aplicável, publicado no Diário Oficial da União (DOU);

II - prova de habilitação ao tráfego internacional expedida pela autoridade competente, no caso de porto, instalação portuária de uso privativo, aeroporto ou ponto de fronteira ou, alternativamente, prova de pré-qualificação como operador portuário, no caso de instalação portuária de uso público ou de uso privativo localizada em porto organizado;

III - comprovação do direito de construção e uso de tubulações, esteiras ou similares, no caso de tanque ou silo;

IV - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, devendo, no caso de sociedade por ações, estar acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

V - cópia do documento de identidade dos signatários da solicitação referida no caput, acompanhada do respectivo instrumento de procuração, se for o caso;

VI - prova de regularidade de situação junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do estabelecimento;

VII - termo de fiel depositário, conforme modelo constante do Anexo I;

VIII - termo de designação da pessoa física responsável pela guarda efetiva das mercadorias armazenadas, retidas ou apreendidas, conforme modelo constante do Anexo II;

IX - projeto do local a ser alfandegado, contendo:

a) planta de situação, em relação à malha viária que serve ao local;

b) planta de locação, indicando arruamento, portarias, pátios, armazéns, silos, tanques, guaritas, ramais ferroviários, muros, cercas, portões, balanças, scanners, equipamentos para movimentação de mercadorias, áreas de verificação de mercadorias, instalações da RFB, dos demais órgãos e agências da administração pública e da administração do local ou recinto;

c) planta da rede de equipamentos do sistema de monitoramento e vigilância, com as respectivas áreas de cobertura;

d) planta indicativa dos fluxos de movimentação de veículos e cargas;

e) plantas baixas das instalações da RFB e de todas as edificações de local ou recinto;

f) especificações técnicas das construções no local ou recinto a ser alfandegado e da pavimentação das áreas descobertas;

g) certificado de arqueação emitido por órgão oficial ou entidade autorizada para cada unidade armazenadora, no caso de silos ou tanques para armazenamento de produtos a granel;

h) declaração de capacidade máxima de armazenamento, especificando cada tipo e espécie de carga e volume, inclusive com os dimensionamentos mínimos reservados para a circulação e movimentação dentro do recinto; e

i) certificado de aferição dos equipamentos de pesagem, emitido por órgão oficial ou entidade autorizada; e

X - documentação técnica relativa aos sistemas informatizados referidos nos arts 13 e 14.

§ 1º Estão dispensados de prova de situação relativa ao disposto no inciso II os estabelecimentos operados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), da ECT, os permissionários e concessionários de Portos Secos, as empresas delegatárias ou órgãos da administração pública responsáveis pela administração portuária.

§ 2º O responsável pela promoção de eventos referidos no inciso IV do art. 2º deverá anexar à solicitação a programação do evento e a autorização ou contrato para utilização da área, caso não seja proprietária ou titular do domínio útil.

§ 3º Na hipótese de que trata o § 2º, o disposto no inciso VIII do caput resumir-se-á a croqui do local ou recinto, com indicações dos locais de carga e descarga de mercadorias, guarda e exposição e do espaço destinado à sua verificação.

Art. 19. A unidade da RFB jurisdicionante autuará a documentação protocolizada pelo interessado e examinará a documentação apresentada verificando a regularidade fiscal do interessado, intimando-o, se for o caso, a sanear o processo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por igual período a critério do chefe da unidade, em situações justificadas.

§ 1º Saneado o processo, a unidade da RFB deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, concluir as verificações pertinentes ao alfandegamento.

§ 2º As verificações referidas no § 1º consistirão de:

I - vistoria das instalações físicas, em cotejo com o projeto apresentado, e das condições operacionais e de segurança do local ou recinto;

II - atendimento dos requisitos técnicos e operacionais constantes nos arts. 4º a 17, inclusive avaliação prévia do funcionamento dos sistemas informatizados de controle referidos nos arts. 13 e 14;

III - avaliação da eficiência e correção, mediante testes por amostragem, dos sistemas de controle referidos no art. 14; e

IV - avaliação das condições necessárias à garantia da segurança aduaneira.

§ 3º Concluídas as verificações de que trata o § 2º e constatada nos sistemas da RFB a regularidade fiscal relativamente aos tributos e contribuições administrados pela RFB, será lavrado o respectivo relatório, a ser juntado ao processo.

§ 4º Não sendo considerados cumpridos os requisitos para alfandegamento, a unidade da RFB intimará o interessado a adotar as providências pertinentes.

§ 5º Após a conclusão das providências, o interessado comunicará o fato à unidade da RFB, para nova verificação.

§ 6º Concluídas as verificações, o servidor designado encaminhará os autos para o chefe da unidade da RFB, com relatório sintético, propondo o alfandegamento, do recinto ou local, ou o seu indeferimento.

§ 7º No relatório referido no § 6º, o servidor relacionará as exigências que o requerente recusou-se a cumprir.

§ 8º Acolhido o relatório, o chefe da unidade da RFB encaminhará o processo ao Superintendente da Receita Federal do Brasil, da jurisdição.

§ 9º As intimações apresentadas ao interessado para os fins de aplicação do disposto neste artigo terão prazos e prorrogações fixados, considerando suas complexidades.

§ 10. O chefe da unidade da RFB poderá expedir ato disciplinando a execução do disposto neste artigo, bem como designar comissão para processar as solicitações e avaliações periódicas de alfandegamento.

Art. 20. A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF) jurisdicionante recepcionará os autos e poderá:

I - requerer informações ou verificações complementares;

II - editar o ADE de alfandegamento; ou

III - indeferir o pleito, com base em despacho fundamentado.

§ 1º Do indeferimento do pleito cabe pedido de reconsideração, no prazo de cinco dias, após saneamento de irregularidades e cumpridas as exigências.

§ 2º Do indeferimento da reconsideração, caberá recurso ao Secretário da Receita Federal do Brasil, em instância única, no prazo de trinta dias.

§ 3º Após a publicação do ADE de alfandegamento, os autos serão encaminhados para ciência do interessado e arquivamento na unidade da RFB jurisdicionante.

CAPÍTULO IV DO ATO DE ALFANDEGAMENTO

Art. 21. O ato que declarar o alfandegamento estabelecerá os termos, limites e condições para sua execução e as operações aduaneiras autorizadas no local ou recinto, dentre as quais:

I - entrada ou saída, atracação, estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - carga, descarga, transbordo, baldeação, redestinação, armazenagem ou passagem de mercadorias ou bens procedentes do exterior ou a ele destinados;

III - despacho de mercadorias em regime de trânsito aduaneiro;

IV - conclusão de trânsitos de exportação e embarque para o exterior;

V - despacho de importação;

VI - despacho de exportação;

VII - despacho aduaneiro de remessas expressas;

VIII - despacho aduaneiro de bagagem desacompanhada;

IX - despacho aduaneiro de internação de mercadorias saindo da Zona Franca de Manaus (ZFM) ou de Área de Livre Comércio (ALC);

X - embarque, desembarque ou trânsito de viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados; e

XI - embarque de viajantes saindo da ZFM ou ALC.

§ 1º O alfandegamento será declarado:

I - pelo prazo de vigência do contrato ou ato que legitimou a sua solicitação, de acordo com o disposto no inciso I do art. 18;

II - pelo prazo do evento, na hipótese do inciso IV do art. 2º, acrescido de até 30 (trinta) dias, antes e depois do evento, para a recepção e devolução das mercadorias; e

III - por prazo indeterminado, nas demais hipóteses.

§ 2º A SRRF jurisdicionante, excepcionalmente poderá autorizar, por meio de ADE, as operações referidas nos incisos I e X do caput que ocorram de forma não regular em locais ou recintos não alfandegados.

§ 3º Qualquer que seja o prazo do alfandegamento, serão indicados no ADE:

I - a possibilidade de sua suspensão, cancelamento ou cassação, conforme o caso;

II - o tipo de fiscalização aduaneira a ser exercida, que poderá ser:

a) ininterrupta;

b) em horários determinados; ou

c) eventual;

III - a unidade da RFB responsável pelo controle aduaneiro;

IV - o código de recinto no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex); e

V - a menção sobre a obrigatoriedade do resarcimento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf).

Art. 22. Os pontos de fronteira e demais recintos administrados pela RFB serão alfandegados pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da respectiva Região Fiscal de jurisdição, que editará ADE nos moldes previstos no art. 21.

§ 1º O chefe da unidade da RFB com jurisdição sobre o local ou recinto instruirá o processo de alfandegamento, o qual obedecerá às exigências dos incisos II e VII do art. 18.

§ 2º Nos locais e recintos referidos no caput, não será permitida a descarga e a armazenagem de mercadoria importada ou despachada para exportação, salvo as operações de descarga para transbordo e aquelas no interesse da fiscalização.

CAPÍTULO V DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ALFANDEGAMENTO

Art. 23. A unidade da RFB jurisdicionante procederá ao acompanhamento e à avaliação permanente das condições de funcionamento dos locais ou recintos alfandegados relativamente aos aspectos vinculados às condições de operação e segurança do local ou recinto sob sua jurisdição.

§ 1º A unidade da RFB realizará avaliação anual e elaborará relatório circunstanciado sobre a situação de cada local ou recinto, inclusive com a indicação de autuação, caso tenha sido descumprido requisito exigido para o alfandegamento, de acordo com modelo constante no Anexo III.

§ 2º O relatório, acompanhado de informação sobre as providências adotadas no âmbito de suas atribuições, bem como sobre eventuais propostas de alteração do ato de alfandegamento, será encaminhado pelo chefe da unidade da RFB à SRRF jurisdicionante, observado cronograma por ela estabelecido.

§ 3º A SRRF deverá manifestar-se quanto às propostas apresentadas pela unidade da RFB e promover, quando for o caso, as devidas alterações e a consequente reedição do ADE, sendo dispensada a juntada de documentos e informações constantes no processo de alfandegamento.

§ 4º As SRRF deverão encaminhar à Coana, até o dia 15 do mês de junho, relatório anual consolidado, referente ao exercício anterior, sobre a situação dos locais e recintos sob sua jurisdição, acompanhado de informações sobre as providências adotadas para sanar eventuais irregularidades.

Art. 24. Os locais e recintos de fronteira alfandegados, administrados pela RFB, serão avaliados nos moldes desta Portaria.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência de irregularidade cujo saneamento encontre-se fora da competência do chefe da unidade da RFB de jurisdição sobre o local ou recinto alfandegado, caberá a este comunicar formalmente o fato e apresentar proposta de regularização ao Superintendente da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A solicitação de ampliação, redução, anexação ou desanexação de áreas de pátio, armazéns, silos e tanques ao local ou recinto alfandegado deverá ser formalizada pelo interessado de acordo com as disposições do art. 18.

§ 1º A solicitação a que se refere o caput será anexada aos autos do processo do alfandegamento do local ou recinto.

§ 2º O processamento da solicitação de que trata o caput obedecerá às disposições estabelecidas nos arts. 18 a 20, com vistas à edição de ADE que altere as características anteriores do alfandegamento, sendo dispensada a juntada de documentos e informações que constem desse processo.

§ 3º O disposto neste artigo também se aplica para operações e tipos de carga não previstos no ADE de alfandegamento do local ou recinto.

Art. 26. As alterações nos sistemas de controle do local ou recinto e na sua estrutura física, não compreendidas no art. 25, deverão ser precedidas de consulta à autoridade aduaneira para sua manifestação.

Art. 27. A administradora do local ou recinto alfandegado deverá comunicar à unidade da RFB de jurisdição sempre que houver alteração da pessoa física, referida no inciso VIII do art. 18, responsável pela guarda das mercadorias.

Art. 28. Os locais ou recintos que se encontrem alfandegados terão o prazo de 2 (dois) anos, contados da data da publicação desta Portaria, para cumprirem todos os requisitos técnicos de alfandegamento nela estabelecidos.

Art. 29. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Ficam revogadas a Portaria SRF nº 967, de 22 de setembro de 2006, a Portaria SRF nº 968, de 22 de setembro de 2006 e a Portaria SRF nº 969, de 22 de setembro de 2006.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

ANEXO I

TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO

(...)(nome da empresa)(...) (...)(qualificação)(...)(endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (...)neste ato legalmente representada pelo seu(...)(sócio/diretor/procurador), Sr. (...)(nome completo) (...) portador da Carteira de Identidade nº(...) e inscrito no CPF/MF sob o nº (...) declara assumir, para todos os efeitos legais, a condição de fiel depositário das mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas, objeto de operações de carga, descarga, movimentação, armazenamento ou passagem, realizadas em (...) (local ou recinto alfandegado) localizado em (...), e, nessa condição, assume a responsabilidade pelos tributos e demais encargos decorrentes, apurados em relação a extravio, avaria ou acréscimo de mercadorias sob sua custódia, assim como por danos a elas causados nas operações realizadas por seus prepostos.

(...)

(local e data)

(...)

(assinatura do representante legal)

(Modelo Aprovado pela Portaria RFB nº 1.022 , de 30 de março de 2009.)

ANEXO II

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PELA GUARDA EFETIVA DE MERCADORIAS ARMAZENADAS, RETIDAS OU APREENDIDAS

(...)(nome da empresa)(...) (...)(qualificação)(...)(endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (...)neste ato legalmente representada pelo seu(...)(sócio/diretor/procurador), Sr. (...)(nome completo) (...) portador da Carteira de Identidade nº(...) e inscrito no CPF/MF sob o nº (...) na condição de fiel depositário das mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas, objeto de operações de carga, descarga, movimentação, armazenamento ou passagem, realizadas em (...) (local ou recinto alfandegado) localizado em (...), designa neste ato o Sr. (...)(nome completo)..., portador da Carteira de Identidade nº(...)e inscrito no CPF/MF sob o nº(...), para representá-la nos atos inerentes à guarda das mercadorias armazenadas, retidas ou apreendidas.

(...)

(local e data)

(...)

(assinatura do representante legal)

(Modelo Aprovado pela Portaria RFB nº 1.022, de 30 de março de 2009.)

ANEXO III**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE LOCAL/RECINTO ALFANDEGADO**

URF:

LOCAL/RECINTO ALFANDEGADO:

CÓDIGO DO RECINTO:

ATO DECLARATÓRIO DE ALFANDEGAMENTO:

HTML clipboard

**I - CONDIÇÕES PARA O CONTROLE ADUANEIRO DAS
MERCADORIAS IMPORTADAS OU DESTINADAS À CONDIÇÕES
EXPORTAÇÃO**

BOA REGULAR RUIM

- Localização geográfica
- Infra-estrutura viária de acesso ao local
- Segurança na movimentação das cargas
- Segurança na armazenagem das cargas no local
- Sinalização horizontal e vertical das vias e áreas de armazenagem

**II - ATENDIMENTO DOS
REQUISITOS EXIGIDOS PELAS
NORMAS QUE DISCIPLINAM O
ALFANDEGAMENTO DE
RECINTOS**

EXISTÊNCIA CONDIÇÕES

SIM NÃO BOA REGULAR RUIM

- Área contínua
- Área descontínua
- Instalações da SRF completas e mobiliadas
- Linhas telefônicas para uso exclusivo da SRF
- Vagas de estacionamento privativas para uso da SRF
- Instalações exclusivas da interessada
- Linhas telefônicas instaladas nas demais áreas
- Instalação de equipamentos interligados ao SISCOMEX
- Sistema de monitoramento por câmeras

DATA:

NOME DOS MEMBROS DA COMISSÃO ASSINATURA

FOLHA DE BOA VISTA

Edição 5572

Um Jornal Necessário

[Comentar](#)[Imprimir](#)[Enviar por E-mail](#)

Cidades

Aeroporto terá novo terminal de carga

Fonte: a A A A

Foto:

WANDILSON PRATA

A Infraero publicou no final do mês de janeiro, o edital para execução das obras do Terminal de Logística de Carga do Aeroporto Internacional de Boa Vista Altas Cananheze. O orçamento previsto para as obras é da ordem de R\$ 2,57 milhões, e a estrutura terá uma área útil de aproximadamente 500 metros quadrados.

A abertura da licitação, na categoria de concorrência, está prevista para o começo de março de 2011, e o prazo de duração das obras é de 270 dias, a partir da assinatura de contrato de execução com a empresa vencedora da licitação.

A nova estrutura do terminal de cargas terá aproximadamente 500 metros quadrados de área construída

Antes, o terminal de carga e descarga do Aeroporto da cidade tinha um galpão com cerca de 70 m², que atendia apenas duas carretas de mercadorias. Com o novo terminal, vai poder suportar até nove carretas e atender tanto as cargas rodoviárias quanto das aeronaves. Além da construção de dois postos de segurança e a abertura de 22 vagas de emprego no setor terceirizado, voltados à área de policiamento, limpeza e manutenção.

O superintendente da Infraero em Boa Vista, Daniel Sobrinho, destacou a importância da construção do novo terminal. "Com o novo terminal, teremos um espaço mais amplo e a Infraero investe na expansão de sua rede logística, e isso contribuirá também para o desenvolvimento das atividades econômicas no estado de Roraima", disse o superintendente.

De acordo com ele, uma vez que a Infraero se comprometeu em construir o Terminal de Cargas Internacional Alfandegado no Aeroporto de Boa Vista, a Receita fará sua parte para criar a estrutura aduaneira, por ser a responsável pelo sistema de fiscalização.

Teca - A Infraero possui uma rede de 34 Terminais de Logística de Carga (Rede Teca), espalhados por todo o território nacional. Os terminais realizam serviços de armazenagem e movimentação de cargas importadas, a serem exportadas, nacionais (movimentadas dentro do País) e expressas (courier).

Em atenção ao desenvolvimento das atividades de logística no contexto atual, a Infraero mantém um plano de investimentos contínuo para a modernização da Rede Teca. Entre 2011 e 2015, serão investidos R\$ 571 milhões em modernização e ampliação de áreas de armazenagem e em novos complexos de logística.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência determina a publicação dos ofícios das Lideranças partidárias referentes às indicações dos membros para composição das Comissões permanentes do Senado Federal.

São os seguintes os Ofícios:

OF. GLPMDB Nº 25/2011

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do Bloco PMDB, PP, PMN e PSC que integrarão a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ.

TITULARES	SUPLENTES
EUNÍCIO OLIVEIRA	RENAN CALHEIROS
EDUARDO BRAGA	VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	WILSON SANTIAGO
VITAL DO REGO	GILVAM BORGES
LUÍZ HENRIQUE	LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	BENEDITO DE LYRA
SÉRGIO PETECÃO	EDUARDO AMORIM

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício SF/GSMBRI Nº 1/2011

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, e em resposta ao Of. 43/2011-SF, informo-lhe que o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, tem as seguintes indicações para as Comissões Permanentes:

SENADOR(A)	TITULAR	SUPLENTE
MARINOR BRITO	COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
	COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
RANDOLFE RODRIGUES	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA	COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
	COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
	COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Oportunamente enviaremos as demais indicações a que nosso partido tem direito.

Atenciosamente, - Senadora **Marinor Brito**, Líder do PSOL.

OF. Nº 41/11–GLDEM

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Kátia Abreu, para ocupar como titular, a vaga deste partido na Comissão de Constituição e Justiça.

Cordialmente, Senador **José Agripino**, Líder do Democratas.

OF. Nº 6/11–GLDEM

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador DEMÓSTENES TORRES para ocupar, como Suplente, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Cordialmente, Senador **José Agripino**.

Ofício nº 5/2011 — GLDBAG

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Lindberg Farias	Senador João Pedro
Senador José Pimentel	Senadora Ana Rita Esgálio
Senadora Marta Suplicy	Senador Aníbal Diniz
Senador Pedro Taques	Senador Jorge Viana
Senador Vicente Alves	Senador Acir Gurgacz
Senador Magno Malta	Senador João Ribeiro
Senador Antônio Carlos Valadares	Senador Clésio Andrade
Senador Inácio Arruda	Senador Rodrigo Rollemberg
Senador Marcelo Crivella	Senadora Vanessa Grazziotin

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

OF. Nº 15/2011/GLPTB

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, os Senadores Armando Monteiro e João Vicente

Claudino para integrarem a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE como membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello, como membros suplentes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF.Nº 17/2011/GLPTB

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, como membros titulares.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

Ofício nº 20/2011 – GLPSDB

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTES
Senador Aécio Neves	Senador Mário Couto
Senador Aloysio Nunes	Senador Flexa Ribeiro
Senadora Alvaro Dias	Senador Paulo Bauer

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

Of. nº 29/2011 – GLPMDB

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Renan Calheiros, como membro titular, em Substituição ao Senador Eduardo Braga na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Of. nº 31/2011 – GLPTB

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Progressista – PP uma vaga de Suplente a que tem direito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

Of. nº 34/2011/GLPTB

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido dos Trabalhadores – PT uma vaga de Suplente a quem tem direito na Comissão de Relações Exteriores – CRE.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

Of. GLPMDB nº 41/2011

Brasília, 16 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador, Eduardo Braga, como 2º Suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valdir Raupp.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz – Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Valdir Raupp para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como 1º Suplente, nos termos do Ofício nº 42, de 2011, do Líder do PMDB.

É o seguinte o ofício:

Of. GLPMDB nº 42/2011

Brasília, 16 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valdir Raupp, como

1º suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Of. nº 5/2011 – GLDPP

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Ofício 31/2011/GLPTB, de 10 de fevereiro de 2011, enviado a Vossa Excelência pelo Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, Senador Gim Argello, e indico o Senador Ciro Nogueira para a vaga de suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, cedida ao Partido Progressista – PP.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Francisco Dornelles**.

OF. Nº 31/2011/GLPTB

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Progressista – PP uma vaga de Suplente a que tem direito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Senador **Gim Argello**, Líder do PTB

Ofício nº 11/2011 – GLDBAG

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Jorge Viana como titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, o Senador Eduardo Suplicy como suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana e o Senador Lindeberg Farias como suplente, em substituição ao Senador Clésio Andrade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.

Atenciosamente, – Senador **Humberto Costa** Líder do PTe do Bloco de Apoio ao Governo

Ofício nº 12/2011 – GLDBAG

Brasília 15 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que o Senador Eduardo Suplicy seja o 1º Suplente da Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania – CCJ, nas vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.

Atenciosamente, Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 22/11 – GLPSDB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Assuntos Econômicos, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTES
Senador Aécio Neves	Senador Alvaro Dias
Senador Cyro Miranda	Senador Aloysio Nunes
Senador Flexa Ribeiro	Senador Paulo Bauer

Atenciosamente, – **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

Of. nº 43/2011 – GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Verde – PV uma vaga de Suplente a que tem direito na Comissão de Educação – CE.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 44/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, cedeu provisoriamente ao Partido Verde – PV, uma vaga de Titular a que tem direito na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 45/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, cedeu provisoriamente, ao Partido Verde – PV,

uma vaga de Titular a que tem direito na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 46/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Verde-PV uma vaga de Titular a que tem direito na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle-CMA.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. _ Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 47/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB uma vaga de Titular a que tem direito na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. _ Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 12/11-GLDEM

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em resposta ao OF. Nº 37/2011-SF, de 8-2-2001, comunico a V. Exª as seguintes indicações para compor as Comissões Permanentes do Senado Federal, a saber:

Comissão de Assuntos Econômicos-CAE

Titular: Senadores José Agripino e Demóstenes Torres.

Suplentes: Senador Jayme Campos e Senadora Kátia Abreu.

Comissão de Assuntos Sociais-CAS

Titular: Senador Jayme Campos.

Suplente: Maria do Carmo Alves.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ

Titular: Senadora Kátia Abreu.

Suplente: Senador Demóstenes Torres.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte-CE

Titular: Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu.

Suplentes: Senadores Jayme Campos e José Agripino.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Titular: Senadora Kátia Abreu.

Suplente: Senador Jayme Campos.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Titular: Senador Demóstenes Torres.

Suplente: Senador José Agripino.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Titular: Senador José Agripino.

Suplente: Senador Demóstenes Torres.

Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Titular: Senador Demóstenes Torres.

Suplente: Senador Jayme Campos.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Titular: Senadora Maria do Carmo Alves.

Suplente: Senadora Kátia Abreu.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Titular: Senador Jayme Campos.

Suplente: Senadora Kátia Abreu.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT

Titular: Senador José Agripino.

Suplente: Senadora Maria do Carmo Alves.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Ofício nº 14/2011 – GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Humberto Costa como membro suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição a Senadora Vanessa Grazziotin, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 15/2011 – GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de

Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Aníbal Diniz	Senador Delcídio Amaral
Senador Eduardo Suplicy	Senador Jorge Viana
Senadora Gleisi Hoffmann	Senador Walter Pinheiro
Senador João Pedro	Senador Marcelo Crivella
Senador Blairo Maggi	Senador Clésio Andrade
Senador Cristovam Buarque	Senador Acir Gurgacz
Senador Antonio Carlos Valadares	Senador Rodrigo Rollemberg

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 16/2011 – GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Delcídio Amaral	Senador José Pimentel
Senador Eduardo Suplicy	Senadora Ângela Portela
Senadora Gleisi Hoffmann	Senadora Marta Suplicy
Senador Humberto Costa	Senador Wellington Dias
Senador Lindbergh Farias	Senador Jorge Viana
Senador Clésio Andrade	Senador Blairo Maggi
Senador João Ribeiro	Senador Vicentinho Alves
Senador Acir Gurgacz	Senador Pedro Taques
Senadora Lídice da Mata	
Senadora Vanessa Grazziotin	Senador Inácio Arruda

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 17/2011 — GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE.

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Ângela Portela	Senador Delcídio Amaral
Senador Wellington Dias	Senador Aníbal Diniz
Senadora Ana Rita Esgálio	Senadora Marta Suplicy
Senador Paulo Paim	Senadora Gleisi Hoffmann
Senador Walter Pinheiro	Senador Clésio Andrade
Senador João Ribeiro	Senador Vicentinho Alves
Senador Magno Malta	Senador Pedro Taques
Senador Cristovam Buarque	
Senadora Lídice da Mata	
Senador Inácio Arruda	

Senador **Humberto Costa** _ Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Ofício nº 18/2011 — GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Lindbergh Farias	Senador Humberto Costa
Senador Delcídio Amaral	Senador José Pimentel
Senador Jorge Viana	Senador Wellington Dias
Senador Walter Pinheiro	Senador Marcelo Crivella
Senador Blairo Maggi	Senador Vicentinho Alves
Senador Acir Gurgacz	Senador Pedro Taques
Senador Antonio Carlos Valadares	Senador Rodrigo Rollemberg
Senador Inácio Arruda	Senadora Vanessa Grazziotin

Senador **Humberto Costa** _ Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Ofício nº 19/2011 — GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRA), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Paulo Paim	Senador Eduardo Suplicy
Senador Ângela Portela	Senadora Marta Suplicy
Senador Humberto Costa	Senador João Pedro
Senador Wellington Dias	Senadora Ana Rita Esgálio
Senador Vicentinho Alves	Senador Lindbergh Farias
Senador João Durval	Senador Clésio Andrade
Senador Rodrigo Rollemberg	Senador Cristovam Buarque
Senadora Vanessa Grazziotin	Senadora Lídice da Mata

Senador **Humberto Costa** – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Ofício nº 20/2011 — GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Ana Rita Esgálio	Senadora Ângela Portela
Senadora Marta Suplicy	Senadora Gleisi Hoffmann
Senador Paulo Paim	Senador Humberto Costa
Senador Wellington Dias	Senador João Pedro
Senador Magno Malta	Senador Vicentinho Alves
Senador Cristovam Buarque	Senador João Durval
	Senadora Lídice da Mata

Senador **Humberto Costa** – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Ofício nº 21/2011 – GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Inácio Arruda como membro suplente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em vaga cedida pelo PTB ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 22/2011 – GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes,

a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Aníbal Diniz	Senadora Ana Rita Esgálio
Senador João Pedro	Senador Walter Pinheiro
Senador Jorge Viana	Senadora Vanessa Grazziotin
Senador Vicentinho Alves	Senador Blairo Maggi
Senador Pedro Taques	Senador Cristovam Buarque
Senador Rodrigo Rollemberg	Senador Antonio Carlos Valadares

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 23/2011 – GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

TITULARES	SUPLENTES
Senador José Pimentel	Senador Paulo Paim
Senadora Ana Rita Esgálio	Senador João Pedro
Senadora Vanessa Grazziotin	Senador Wellington Dias
Senador Vicentinho Alves	Senador Magno Malta
Senador João Durval	Senador Acir Gurgacz
Senadora Lídice da Mata	

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 24/2011 – GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Delcídio Amaral	Senadora Ângela Portela
Senadora Gleisi Hoffmann	Senador Eduardo Suplicy
Senador João Pedro	Senador Walter Pinheiro
Senador Clésio Andrade	Senador Blairo Maggi
Senador Acir Gurgacz	Senador João Durval
	Senador Antonio Carlos Valadares

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício n° 25/2011— GLDBAG

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT.

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
Senadora Ângela Portela	Senador Delcídio Amaral
Senador Aníbal Diniz	Senador Paulo Paim
Senador Walter Pinheiro	Senador Magno Malta
Senador João Ribeiro	Senador Cristovam Buarque
Senador Pedro Taques	Senadora Lídice da Mata
Senador Rodrigo Rollemberg	

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

OF. GLPMDB N° 51/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV que integrarão a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
CASILDO MALDANER	VITAL DÓ RÉGO
EDUARDO BRAGA	WILSON SANTIAGO
VALDIR RAUPP	ROMERO JUCÁ
ROBERTO REQUÍAO	ANA AMÉLIA
EUNÍCIO OLIVEIRA	WALDEMIR MOKA
LUÍZ HENRIQUE	GILVAM BORGES
LOBÃO FILHO	BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	CIRO NOGUEIRA
IVO CASSOL	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 53/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV que integrarão a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia — CCT.

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
EDUARDO BRAGA	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	LUÍZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	BENEDITO DE LIRA

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 55/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV, que integrarão a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
ANA AMÉLIA	JOÃO ALBERTO SOUZA
EDUARDO AMORIM	LOBÃO FILHO
VITAL DO RÉGO	JARBAS VASCONCELOS
WILSON SANTIAGO	EUNÍCIO OLIVEIRA
CIRO NOGUEIRA	IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA	GARIBALDI ALVES

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 56/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV, que integrarão a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI.

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
VALDIR RAUPP	ROMERO JUCÁ
WALDEMIR MOKA	GILVAM BORGES
LOBÃO FILHO	ROBERTO REQUÍAO
VITAL DO RÉGO	JOÃO ALBERTO SOUZA
RICARDO FERRAÇO	WILSON SANTIAGO
EDUARDO BRAGA	CASILDO MALDANER
CIRO NOGUEIRA	EDUARDO AMORIM
FRANCISCO DORNELLES	IVO CASSOL

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. _ Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 57/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV, que integrarão a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle — CMA.

TITULARES	SUPLENTES
VITAL DO RÉGO	VALDIR RAUPP
WILSON SANTIAGO	LOBÃO FILHO
EUNÍCIO OLIVEIRA	WALDEMAR MÓKA
ROMERO JUCÁ	JOÃO ALBERTO SOUZA
EDUARDO BRAGA	GARIBALDI ALVES
IVO CASSOL	
PAULO DAVIM	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. _ Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 58/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV, que integrarão a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.

TITULARES	SUPLENTES
WALDEMAR MÓKA	GARIBALDI ALVES
CASÍLDO MALDANER	ROBERTO REQUIÃO
EDUARDO AMORIM	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	LUÍZ HENRIQUE
IVO CASSOL	CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA	JOÃO ALBERTO SOUZA

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. _ Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 59/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV, que integrarão a Comissão de Relações Exteriores — CRE.

TITULARES	SUPLENTES
JARBAS VASCONCELOS	LOBÃO FILHO
LUÍZ HENRIQUE	ROMERO JUCÁ
VALDIR RAUPP	ANA AMÉLIA
VITAL DO RÉGO	ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	RICARDO FERRAÇO
FRANCISCO DORNELLES	EDUARDO AMORIM

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. _ Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício nº 26/2011 – GLDBAG

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Marcelo Crivella como membro suplente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 27/2011 – GLDBAG

Brasília, 24 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Wellington Dias como membro titular na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo CDR, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a compor a referida comissão como membro suplente, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT.

OF. N° 52/2011/GLPTB

Brasília, 23 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Senador João Vicente Claudino, como membro suplente, para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle — CMA.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Senador **Gim Argello** Líder do PTB.

OF. GLPMDB N° 50/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores

do Bloco PMDB, PP, PMN, PSC e PV, que integrarão a Comissão de Educação -CE

TITULARES	SUPLENTES
ROBERTO REQUIÃO	JARBAS VASCONCELOS
EDUARDO AMORIM	VALDIR RAUPP
GILVAM BORGES	LUÍZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES	WALDEMAR MOKA
JOÃO ALBERTO SOUZA	VITAL DO RÉGO
PEDRO SIMON	SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO	FRANCISCO DORNELLES
BENEDITO DE LIRA	
ANA AMÉLIA	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 52/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV que integrarão a Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

TITULARES	SUPLENTES
WALDEMAR MOKA	VITAL DO RÉGO
GILVAM BORGES	PEDRO SIMON
JARBAS VASCONCELOS	LOBÃO FILHO
CASILDO MALDANER	EDUARDO BRAGA
RICARDO FERRAÇO	RÓBERTO REQUIÃO
EDUARDO AMORIM	SÉRGIO PETECÃO
ANA AMÉLIA	BENEDITO DE LIRA

Na oportunidade renovo a V. Ex^a votos de apreço e consideração. Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 54/11

Brasília, 22 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB, PP, PMN, PSC e PV que integrarão a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa — CDH.

TITULARES	SUPLENTES
PEDRO SIMON	GILVAM BORGES
JARBAS VASCONCELOS	EUNÍCIO OLIVEIRA
GARIBALDI ALVES	RICARDO FERRAÇO
JOÃO ALBERTO SOUZA	WILSON SANTIAGO
SÉRGIO PETECÃO	EDUARDO AMORIM
PAULO DAVIM	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB

OF. GLPMDB N° 62/2011

Brasília, 23 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Paulo Davim, para a titularidade, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Gilvam Borges, na Comissão de Assuntos Sociais-CAS.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 63/2011

Brasília, 23 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador **Ricardo Ferraço**, para a suplência, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador **Wilson Santiago**, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é apenas para um registro que eu gostaria de fazer.

Ontem, foi aprovado um requerimento de minha autoria para realizarmos, no dia 19 de agosto, portanto, na véspera do Dia do Maçom, uma homenagem no Dia do Maçom, que este Senado já vem fazendo há dez anos.

Eu quero, portanto, por intermédio dessa notícia, dar a todos os maçons do Brasil a informação de que no dia 19 de agosto, sexta-feira, já que o dia 20 cai no sábado, será promovida aqui a já tradicional sessão de homenagem à Maçonaria.

Era o registro que eu queria fazer, agradecendo a deferência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^a serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer

o registro do editorial intitulado, "A trajetória do PT", publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 17 de fevereiro de 2011.

O editorial destaca que uma vez no poder, o PT se transformou em praticamente o oposto de tudo que sempre preconizou. Quando fundado, o Partido dos Trabalhadores (PT) se proclamou agente das transformações políticas e sociais que, pautadas pelo rigor da ética e pelo mais genuíno sentimento de justiça social, mudariam a cara do Brasil. Trinta e um anos depois e a oito no poder, o PT transformou-se em uma legenda partidária como todas as outras que antes estigmatizava, manobrada por políticos profissionais no pior

sentido, submissa a vontade de um "dono", porque é totalmente dependente de sua enorme popularidade. Esse é o PT de Lula 31 anos depois completamente peemedebizado.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Notas e Informações

A trajetória do PT

Quando foi fundado, o Partido dos Trabalhadores (PT) se proclamou agente das transformações políticas e sociais que, pautadas pelo rigor da ética e pelo mais genuíno sentimento de justiça social, mudariam a cara do Brasil. Trinta e um anos depois, há oito no poder, o PT pode se orgulhar de ter contribuído – os petistas acham que a obra é toda sua – para melhorar o País do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Mas nada no Brasil mudou tanto, nessas três décadas, como a cara do próprio PT. O antigo bastião de idealistas, depois de perder pelo caminho todos os mais coerentes dentre eles, transformou-se numa legenda partidária como todas as outras que antes estigmatizava, manobrada por políticos profissionais no pior sentido, e, como nem todas, submissa à vontade de um "dono", porque totalmente dependente de sua enorme popularidade. Esse é o PT de Lula 31 anos depois.

Uma vez no poder, o PT se transformou em praticamente o oposto de tudo o que sempre preconizou. O marco formal dessa mudança de rumo pode ser considerado o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro, em junho de 2002, a quatro meses da eleição presidencial em que pela primeira vez Lula sairia vitorioso. Concebido com o claro objetivo de tranquilizar o eleitorado que ainda resistia às ideias radicais e estatizantes do PT no âmbi-

to econômico, entre outras coisas a Carta arriou velhas bandeiras como o "fora FMI" e passou a defender o cumprimento dos contratos internacionais, banindo uma antiga obsessão do partido e da esquerda festiva: a moratória da dívida externa. Eleito, Lula fez bom uso de sua "herança maciça". Adotou sem nenhuma hesitação os fundamentos da política econômico-financiera de seu antecessor, redesenhou e incrementou os programas sociais que recebeu, barganhou como sempre se fez o apoio de que precisava no Congresso e, bafejado por uma conjuntura internacional extremamente favorável, bastou manejá com habilidade os dotes populistas em que se revelou um mestre para tornar-se um presidente tão popular como nunca antes na história deste país.

E o balzaquiano PT? O partido que pretendia transformar o País passou a se transformar na negação de si mesmo. E foi a partir daí que começaram as defecções de militantes importantes, muitos deles fundadores, decepcionados com os novos rumos, principalmente com os meios e modos com que o partido se instalou no poder. O mensalão por exemplo.

Os anais da recente história política do Brasil registram enorme quantidade de depoimentos de antigos petistas que não participaram da alegre festa de 31º aniversário do partido – na qual o grande homenageado foi, é claro, ele – porque se recusaram a percorrer os descaminhos dos seguidores de Lula. Um dos dissidentes é o jurista Hélio Bicudo, fundador do PT,

ex-dirigente da legenda, ex-deputado federal, ex-vice-prefeito de São Paulo. Em depoimento à série Decanos Brasileiros, da TV Estadão, Bicudo criticou duramente os partidos políticos brasileiros, especialmente o PT: "O Brasil não tem partidos políticos. Os partidos, todos, se divorciaram de suas origens. E o PT é entre eles – digo-o tranquilamente – um partido que começou muito bem, mas está terminando muito mal, porque esqueceu sua mensagem inicial e hoje é apenas a direção nacional que comanda. Uma direção nacional comandada, por sua vez, por uma só pessoa: o ex-presidente Lula, que decide tudo, inclusive quem deve ou não ser candidato a isso ou aquilo, e ponto final".

Bicudo tem gravada na memória uma das evidências do divórcio de seu ex-partido com o idealismo de suas origens. Conta que, no início do governo Lula, quando foi lançado o Bolsa-Família, indagou do então todo-poderoso chefe da Casa Civil, José Dirceu, os objetivos do programa. Obteve uma resposta direta: "Serão 12 milhões de bolsas que poderão se converter em votos em quantidade três ou quatro vezes maior. Isso nos garantirá a reeleição de Lula".

De qualquer modo, há aspectos em que o PT é hoje, inegavelmente, um partido muito melhor do que foi: este ano, com base na contribuição compulsória de seus filiados, pretende arrecadar a scus cosfres R\$ 3,6 milhões. Apenas 700% a mais do que arrecadava antes de assumir o poder.

O PT está completamente peemedebizado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, foi com muita satisfação que recebi a informação da reunião de trabalho da Presidente Dilma com os governadores do Nordeste. Em sua primeira viagem à região, a Presidente compareceu ao décimo segundo fórum dos governadores do Nordeste que está acontecendo em Aracaju.

Há um desejo de todos os governadores – incluindo Minas Gerais em virtude da área que setentrional que fazia parte da antiga SUDENE –; há um desejo destes governadores de que os programas sociais em andamento tenham continuidade e incrementos. Nós os senadores do nordeste sabemos exatamente o impacto socioeconômico do bolsa família, do luz para todos e do minha casa minha vida.

Após a implantação dos programas federais o perfil socioeconômico da região já iniciou um processo de transformação em todas as camadas sociais. O Nordeste passou a consumir mais alimentos, mais produtos de higiene, e o consumo, de maneira geral, cresceu. Tanto que as grandes redes de varejo e supermercados estão fazendo altos investimentos na região para abrir novas unidades.

O nordeste tem suas peculiaridade e necessita desta alavanca federal para continuar crescendo no ritmo atual.

Depois do vai e volta envolvendo a Sudene, um novo plano de desenvolvimento para região vem em muito boa hora. Este plano, entretanto, deverá englobar os interesses comuns e a vocação de cada estado. Por isso as garantias dadas pela Presidente Dilma

foram muito importantes. A primeira garantia é que os estados do Nordeste não serão afetados pelos cortes orçamentários. E, de igual forma, também não serão atingidos os investimentos previstos no PAC, o programa Minha Casa Minha Vida e os projetos da Copa do Mundo de Futebol.

Entretanto, neste novo plano para o Nordeste é imperioso que ele contenha uma agenda e ações emergenciais para a área de Saúde e de Segurança pública, especialmente para Alagoas que, infelizmente, se tornou um dos estados mais violentos do Brasil. Nós alagoanos não gostamos deste título, ele envergonha nosso estado.

De igual modo é preciso continuar a investir na educação, na interiorização das universidades públicas e na forte expansão das escolas técnicas. São investimentos que retiram os jovens da rua, que deixam nossa juventude menos vulnerável aos apelos do tráfico.

Para encerrar, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senadores quero me colocar à disposição dos governadores do nordeste no sentido de colaborar e trabalhar por esta nova agenda para a região nordeste. Tenho certeza de todos os demais senadores poderão dar contribuições valiosas para este novo plano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 2 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATAS DAS 1^a, 2^a E 3^a REUNIÕES PREPARATÓRIAS E DA 1^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 1º, 2 e 3 DE FEVEREIRO DE 2011

(Publicadas no **Diário do Senado Federal nº 09**, de 2, 3 e 4 de fevereiro de 2011)

Na capa do Diário, onde se lê:

“TERÇA-FEIRA, 2, 3 E 4 DE FEVEREIRO”

Leia-se:

**“TERÇA-FEIRA, QUARTA-FEIRA E QUINTA-FEIRA, 2, 3 E
4 DE FEVEREIRO”**

No sumário da Ata, à página 00137, segunda coluna, item 3.2.7, inverter a ordem da comunicação dos membros da Bancada do PT no Senado (**Ofício nº 2/2011, de 1º do corrente**) com a comunicação dos membros da Bancada do PSB no Senado (**Ofício s/nº/2011, de 1º do corrente**).

Ao final da página 561, insira-se, por omissão gráfica, a seguinte página:

Afriland First Bank de Camarões, e pela Société Générale de Banque francesa.

O sistema de transportes

A infraestrutura de transportes do país, que já era deficiente à época da independência, deteriorou-se ainda mais nas décadas seguintes, devido à pequena receita do país e à falta de interesse dos investidores privados. Nos últimos anos, no entanto, o Governo tem utilizado a receita do setor petrolífero para melhorar a infraestrutura do país.

Em novembro de 2003, o Governo anunciou programa de reformas das estradas do país, em prazo de dez anos. Já há nova estrada ligando o aeroporto a Malabo, e estão sendo feitas melhorias na rede de asfalto da capital para ligá-la a Malabo II, cidade-satélite que está sendo construída. Além disso, desde 2005 a rodovia que liga Malabo a Luba foi melhorada, a reabilitação do anel viário ao redor da Ilha Bioko está quase pronta e as estradas que ligam as principais cidades e fronteiras na parte continental foram restauradas.

A prioridade governamental tem sido melhorar a infraestrutura nos setores ligados diretamente à indústria petrolífera, como forma de fornecer condições para a extração e transporte destes produtos. O sistema portuário do país, contudo, segue sendo ineficiente, mesmo com a inauguração, em 2003, de porto de águas profundas distante 45 quilômetros de Malabo, em Luba, e sua subsequente expansão em 2007. Há outros dois portos no país, Malabo e Bata, cujas expansões começaram há dois anos.

O crescimento da economia também foi acompanhado pelo crescimento no tráfego aéreo, tanto em termos de número de voos quanto em termos de atividade de fretes aéreos. O país possui dois aeroportos internacionais: Santa Isabel, próximo a Malabo, e Asonga, em Bata. Outros dois aeroportos foram construídos — um em Mongomo, no Leste do país, e outro na Ilha de Annobón. Diversas linhas aéreas internacionais fazem voos a Malabo, tais como Air France, Iberia e Lufthansa. Outras companhias menores fazem voos ligando Malabo e Bata a outros centros regionais.

O sistema de comunicações

A área de telecomunicações da Guiné Equatorial melhorou consideravelmente nos últimos anos. A empresa paraestatal Guinea Ecuatorial Telecomunicaciones (Getesa) assinou contratos com companhias francesas nos anos 90, que permitiram que o país tivesse uma eficiente rede de ligações fixas digitais nas principais cidades e uma boa cobertura de telefones celulares. O Governo detém atualmente 60% das

À página 951, substitua-se, por erro gráfico, o Projeto de Decreto Legislativo N° 67, de 2011, pelo seguinte:

**Projeto Decreto Legislativo nº 67, de 2011
(nº 2813/2010, na câmara dos deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à
TIPUANA FM LTDA. para explorar
serviço de radiodifusão sonora em
frequência modulada na cidade de
Santana, Estado da Bahia.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 385 de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à Tipuana FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 97 de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 150, de 3 de abril de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de Mendes Pimentel - MG;

2 - Portaria nº 297, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Brasilândia - MS;

3 - Portaria nº 380, de 18 de junho de 2009 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Ipixuna do Pará - PA;

4 - Portaria nº 383, de 18 de junho de 2009 – Rádio FM Colina do Sol Ltda., no município de Una - BA;

5 - Portaria nº 385, de 18 de junho de 2009 – Tipuana FM Ltda., no município de Santana - BA;

6 - Portaria nº 386, de 18 de junho de 2009 – Grupo Tucano de Comunicação Ltda., no município de Tucano - BA;

7 - Portaria nº 387, de 18 de junho de 2009 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Garrafão do Norte - PA;

8 - Portaria nº 388, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Vitória da Conquista - BA;

9 - Portaria nº 392, de 18 de junho de 2009 – Sistema de Rádio e Televisão Norte Mato-Grossense Ltda., no município de Campinápolis - MT;

10 - Portaria nº 396, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Pedrão - BA;

11 - Portaria nº 397, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Sapeaçu - BA;

12 - Portaria nº 583, de 18 de agosto de 2009 – S.R.S. Comunicações Ltda., no município de São João Batista - SC;

13 - Portaria nº 585, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda., no município de Palhoça - SC;

14 - Portaria nº 588, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Portel - PA;

15 - Portaria nº 589, de 18 de agosto de 2009 – FM Sertaneja de Abaré Ltda., no município de Abaré - BA;

16 - Portaria nº 595, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de São Félix do Xingu - PA;

17 - Portaria nº 596, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Moju - PA;

18 - Portaria nº 598, de 18 de agosto de 2009 – FM Industrial Ltda., no município de Uruçua - BA;

19 - Portaria nº 600, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Cidade Santa Luz FM Ltda., no município de Serra do Ramalho - BA;

20 - Portaria nº 601, de 18 de agosto de 2009 – FM Industrial Ltda., no município de Xique-Xique - BA;

21 - Portaria nº 602, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Portal do Sul FM Ltda., no município de Ronda Alta - RS;

22 - Portaria nº 603, de 18 de agosto de 2009 – H. Sul FM Rádio Difusão Ltda., no município de Herval - RS; e

23 - Portaria nº 614, de 24 de agosto de 2009 – Rádio Timbó Ltda., no município de Rodeio - SC.

Brasília, 11 de março de 2010



EM nº. 602/2009 – MC,

Brasília, 3º de junho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 007/2002/SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santana, Estado da Bahia.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Tipuana FM Ltda (Processo nº 53640.000429/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

POR TARIA N° 385 , DE 18 DE JUNHO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000429/2002, Concorrência nº 007/2002-SSR/MC, resolve:

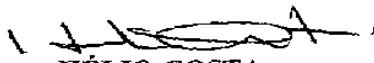
Art. 1º Outorgar permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Santana, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

À página 1076, primeira coluna, onde se lê:

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. PT-SP) – O Projeto que acaba de ser lido vai à publicação.

Leia-se:

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. PT-SP) – O Projeto que acaba de ser lido ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas.

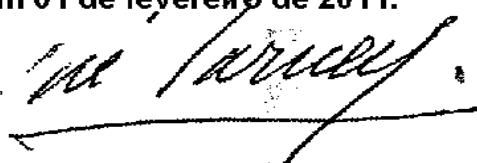
À página 1276, publique-se, por omissão gráfica, a seguinte **PORTARIA DO PRESIDENTE N° 010, DE 2011**:

**PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 010 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 000805/11-4 e anexo,

RESOLVE autorizar, até 31 de março de 2011, a cessão da servidora desta Casa Legislativa VANEA MARIA CEOLIN, matrícula n.º 36332, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade administração, ao Governo do Estado do Espírito Santo, para exercer o cargo em comissão de Gerente do Palácio Anchieta e das Residências Oficiais, com ônus para o órgão cedente, mediante ressarcimento mensal ao Senado Federal.

Senado Federal, em 01 de fevereiro de 2011.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATA DA 3ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE FEVEREIRO DE 2011

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 11, de 8 de fevereiro de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página 1616, primeira coluna,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – A Presidência recebeu do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Ofício nº 2, de 2011-CN (nº 66/2011-BNDES-GP, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, os termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2010.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 8 de fevereiro do corrente. O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À página 1654 e 1655, por erro gráfico, substitua-se o **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 31, DE 2011**, pelo seguinte:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 31 DE 2011

Solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

1. Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?
2. Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.
3. Além do Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?
4. Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?
5. Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?
6. Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

JUSTIFICATIVA

A imprensa tem noticiado, com freqüência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparéncia, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparéncia à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2011.

Senador ALVARO DIAS

LÍDER DO PSDB

À página 1662, segunda coluna, por erro gráfico, substitua-se o REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 43, DE 2011, pelo seguinte:

À página 1662, segunda coluna, por erro gráfico, substitua-se o **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 43, DE 2011**, pelo seguinte:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 43, DE 2011

Solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

1. Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Meio Ambiente com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?
2. Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.
3. Além do Ministro de Estado do Meio Ambiente, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?
4. Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?
5. Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?
6. Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

JUSTIFICATIVA

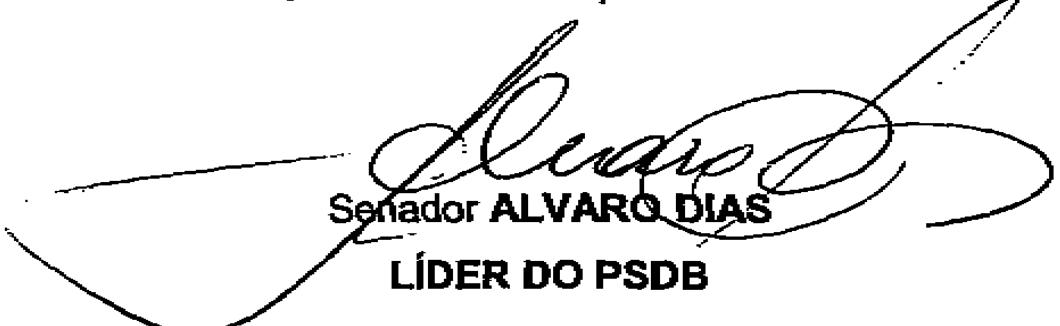
A imprensa tem noticiado, com freqüência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, em _____ de fevereiro de 2011.


Senador ALVARO DIAS
LÍDER DO PSDB

ATA DA 4^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE FEVEREIRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 12, de 9 de fevereiro de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página 01673, no Sumário da Ata,

Onde se lê:

4 – EMENDAS

[...]

Nºs 1 a 113, apresentadas à Medida Provisória nº 517, de 2010.

Leia-se:

4 – EMENDAS

[...]

Nºs 1 a 117, apresentadas à Medida Provisória nº 517, de 2010.

À página 01777, republica-se, por omissão gráfica, a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2011, para fazer constar as assinaturas:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 1 , DE 2011

Altera a data da posse do Presidente e Vice-Presidente da República e dos Governadores e Vice-Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição da República, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição da República passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em 5 de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

....." (NR)

"Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em 10 de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição." (NR)

Art. 2º O mandato dos _____ Presidente e Vice-Presidente da República e Governadores e Vice-Governadores dos Estados e do Distrito Federal encerrará-se-á, respectivamente, no dia dez e no dia cinco de janeiro do ano subsequente ao da eleição de seus sucessores.

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição de 1988 alterou a data da posse dos chefes do Poder Executivo, unificando-as todas no dia 1º de janeiro do ano seguinte à sua eleição.

Visou o constituinte a fazer coincidir o primeiro ano do mandato com o ano civil e, especialmente, com o exercício financeiro, com o objetivo de permitir ao dirigente executar, de forma completa, o seu primeiro orçamento.

Trata-se de providência que trouxe efeitos negativos para a importância e a solenidade que se impõem a essas cerimônias, particularmente as de posse do Presidente e dos Governadores, pela sua dimensão.

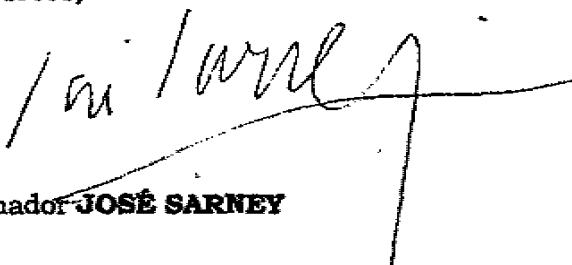
Efetivamente, de um lado, a data de 1º de janeiro, data festiva em todo o mundo, dificulta enormemente a participação de autoridades estrangeiras no evento. De outra parte, a coincidência da data obriga a que os Governadores realizem cerimônias rápidas e em horários incompatíveis para poder acompanhar a posse do Chefe do Governo Federal.

Ademais, hoje, com os avanços ocorridos no campo da gestão das finanças públicas, inclusive com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, está relativizada a necessidade de fixar a posse no primeiro dia do exercício fiscal.

Assim, estamos apresentando a presente proposta de emenda à Constituição para fixar a data da posse dos Governadores no dia 5 de janeiro e a do Presidente da República no dia 10 subsequente.

Para fazer a transição para as novas datas, prevê-se a prorrogação dos atuais mandatos em cinco e dez dias, conforme o caso.

Sala das Sessões,



A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Sarney". It is written in a cursive style with a long horizontal stroke extending from the left side of the signature towards the right.

Senador JOSE SARNEY

À página 01780, republica-se, por omissão gráfica, a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2011, para fazer constar as assinaturas:

***PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2011**

Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público e dá outras providências pertinentes.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 11 do art. 37 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. (omissis)

§ 11. Para efeito dos limites remuneratórios, estabelecidos no inciso XI deste artigo, não serão computadas as parcelas devidas aos magistrados e membros do ministério público, que sejam de caráter indenizatório, nem as decorrentes do adicional por tempo de serviço, à razão de 1% ao ano, limitado este a 35% dos respectivos subsídios, vencimentos ou proventos.” (NR)

Art. 2º Ficam excluídos dos limites cumulativos fixados no item XI, do art. 37, e no § 11 do art. 40 da Constituição, os proventos das aposentadorias concedidas até a promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

* Reproduzido para inclusão de assinatura

JUSTIFICAÇÃO

Esta PEC procura corrigir uma grave injustiça, que o texto constitucional estaria ensejando, a partir das Emendas nºs 20/1998 e 41/2003, com a extinção da tradicional gratificação adicional por tempo de serviço, conhecida como ‘ATS’, à qual configura uma vantagem pessoal, de índole *pro labore facto*, conquistada ao longo do desempenho da função pública.

Por ser uma vantagem pessoal variável, em razão do tempo de serviço, ela constitui uma similar à de natureza indenizatória, que não configura subsídio nem vencimento, para efeito de “Teto” remuneratório.

De resto, a superveniência das referidas Emendas 20 e 41, surpreendeu servidores em regime de acumulações lícitas, mas que se tornaram vedadas, em razão do entendimento equivocado dado ao texto constitucional, de estar todo esse somatório sujeito a um “Teto” único, acarretando cortes de legítimas conquistas, até então usufruídas.

A PEC ora apresentada, portanto, irá recuperar injustas perdas impostas a servidores, merecedores da remuneração inerente a seus cargos, com a ATS obtida ao longo do seu tempo de serviço.

Sala das Sessões,

Senador GILMAR BORGES

(Continuação) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 28591.57658/2011
Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público e dá outras providências pertinentes.

2.		Mário Covito
3.		VASSOS GAZZOLA
4.		HÉLIO COSTA SOUZA
5.		GLEISI HOFFMANN
6.		DILMA RUSSEFF
7.		AMÁLIA GAMA
8.		HUMBERTO COSTA
9.		FERNANDO COLLOR DE MELLO
10.		GARIBALDI ALVES
11.		PAULINHO DA FORÇA
12.		ANA AMÉLIA
13.		VALDIR RAUPP
14.		TEORI ZAVASCKI
15.		SÉRGIO CABRAL FILHO
16.		JOSÉ AGRIPINO
17.		ANTÔNIO ANASTASIA
18.		ROSÂNGELA CURIEL
19.		JOSÉ PIMENTEL
20.		VICENTINHO JÚNIOR
21.		AÉCIO NEVES
22.		CÁSSIO CUNHA LIMA
23.		WEVERTON ROCHA
24.		JOSÉ SERRA
25.		RENATO JANINE RIBEIRO
26.		CÁSSIO CUNHA LIMA
27.		KATIA ABREU
28.		RANDOLFE RODRIGUES

SENADOR
Vicentinho Júnior

SENADOR
Renato Janine Ribeiro

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo efetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

À página 01812, republica-se, por omissão gráfica, o Requerimento nº 51, de 2011, para fazer constar as assinaturas:

REQUERIMENTO N° 51 , DE 2011

Requeremos, com fulcro nos Art. 199 e Art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente, do dia 15 de março de 2011, seja destinado à Sessão Especial para celebrar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2011, cujo tema será "Fraternidade e a vida no planeta", com o lema "A criação gême em dores de parto (Rm 8, 22)".

Sala das Sessões, em 2011

Linha
ANA RITA

Senadora da República PT/ES

Linha
Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

jspn

Assinatura

Assinatura

Assinatura — *Assinatura*

À página 02317, por omissão gráfica, republica-se, na íntegra, a Emenda 00024 à Medida Provisória 520, de 2010, para fazer constar a justificação:

**MPV-520
00024**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA N° 520/2010
------	-------------------------------

TIPO

SUPRESSIVA AGLUTINATIVA SUBSTITUTIVA MODIFICATIVA ADITIVA

AUTOR

DEPUTADO (A) JÔ MORAES

PARTIDO	UF	PÁGINA
---------	----	--------

PCdoB

MG

1/2

Dê-se ao Art. 8º da seguinte redação, para modificar-lhe a redação de seus parágrafos:

Art. 8º

§ 1º. A cessão de que trata o caput ocorrerá com ônus para o cessionário.

§ 2º. Se o servidor cedido optar pela remuneração do cargo efetivo, ficam-lhe assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, cabendo à entidade cessionária efetuar o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem, nos termos da Lei nº 8.112, art. 93, §2º.

§ 3º. Se o servidor cedido optar pela remuneração da empresa, poderá manter a sua vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais, nos termos da Lei nº 8.112, art. 183, § 3º.

EMENDA N°

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA

MEDIDA PROVISÓRIA N° 520/2010

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [x] MODIFICATIVA 5 [] ADITIVA

AUTOR

DEPUTADO (A) JÔ MORAES

PARTIDO

PCdoB

UF

MG

PÁGINA

2/2

Justificação

Essa emenda visa assegurar a plenitude de seus direitos aos atuais servidores das IFES que serão cedidos à empresa, determinando que:

- caso façam opção pela remuneração do cargo efetivo, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem (nos termos da Lei 8112, art. 93, §2º);

- caso a opção do servidor seja pela remuneração da empresa, o servidor cedido poderá manter a sua vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais (nos termos da Lei 8112, art. 183, § 3º).

Essa emenda visa compatibilizar este projeto de lei ao conjunto normativo vigente, ressaltando-se que a segunda hipótese, prevista pelo Estatuto dos servidores sequer está prevista no projeto, em desacordo com a Legislação vigente.

02/02/2011
DATA

ASSINATURA

Jô Moraes

À página 02369, por omissão gráfica, republica-se, a Emenda 00002 à Medida Provisória 522, de 2010:

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00002

MPV 522/2011

Mensagem 0006/2011-CN

0007/2011 - na Origem

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
	522/2011	01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se à MP 522/2011, no âmbito da UO 53.101 – Ministério da Integração Nacional – MIN o seguinte subtítulo:

06.182.1029.22BO.XXXX – Ações de Defesa Civil – Jaguariúna - SP
Valor – R\$ 30.000.000,00; GND – 4; M.A. – 40.

Cancelamento:

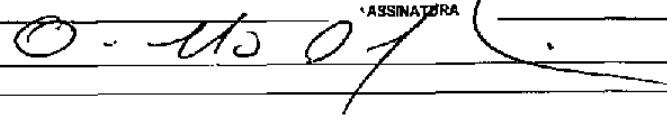
06.182.1029.22BO.0101 – Ações de Defesa Civil – Nacional
Valor – R\$ 30.000.000,00; GND – 4; M.A. – 90.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda em tela visa alocar recursos para que o município de Jaguariúna possa executar ações de defesa civil para recuperar-se dos estragos provocados pelas fortes chuvas que assolam o município neste início de ano.

As chuvas provocaram inundações em todo o município, inclusive no centro da cidade, estragos diversos e deixou milhares de desabrigados, conforme tem sido amplamente divulgado pela imprensa. Portanto, a execução das ações propostas é de extrema urgência.

Dante do exposto, solicito a aprovação da presente emenda.

CÓDIGO	DATA	ASSINATURA	UF	PARTIDO
	02/02/2011	Deputado ARNALDO JARDIM	SP	PPS
 				

À página 02410, por omissão gráfica, republica-se, a Agenda cumprida pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, no dia 08/02/2011:

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
08/02/2011
terça-feira**

- 11:00 **Encontro com o Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal**
Gabinete da Presidência do STF
- 15:00 **Encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, Presidenta da República**
Palácio do Planalto
- 16:00 **Ordem do Dia**
Plenário

**ATA DA 8^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA ,
EM 14 DE FEVEREIRO DE 2011**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 16, de 15 de fevereiro de 2011)

RETIFICAÇÃO

Ao final da página 2909, inclua-se, por omissão gráfica, o seguinte despacho do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2011:

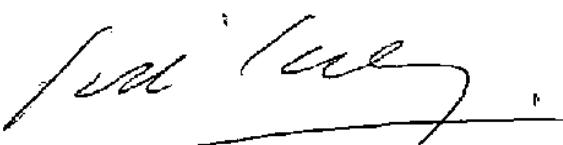
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 017 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 005489/11-3,

RESOLVE autorizar, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a prorrogação de cessão da servidora desta Casa Legislativa **ILANA TROMBKA**, matrícula n.º 54115, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, ao Ministério da Integração Nacional, para continuar exercendo o cargo em comissão de Chefe da Assessoria Parlamentar, código DAS 101.4, com ônus para o órgão de origem.

Senado Federal, em 23 de fevereiro de 2011



Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Of. GB-PLA Nº45/2011

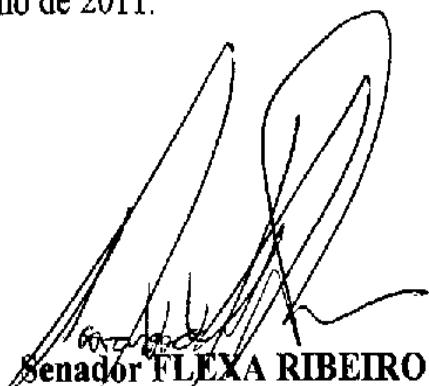
Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Assunto: ENCAMINHA CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO PARLATINO PARA 2011

Encaminho, para seu conhecimento, o Calendário de Reuniões do Parlamento Latino-Americano para o ano de 2011.

Atenciosamente,



Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano
Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, pelo Brasil

CALENDÁRIO DE REUNIÕES - 2010

MÊS	DATA	LUGAR	EVENTO
MARÇO	24 e 25	Panamá	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ENERGIA E MINAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA • REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA E POLÍTICAS CARCERÁRIAS
ABRIL	14 e 15	Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE CIDADÃO, COMBATE E PREVENÇÃO AO NARCOTRÁFICO, AO TERRORISMO E AO CRIME ORGANIZADO • REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
	28 e 29	Equador	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÉNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DEFESA DO USUÁRIO E DO CONSUMIDOR • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS, MUNICIPAIS E DA INTEGRAÇÃO
MAIO	18/05	Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • ASSEMBLÉIA PARLAMENTAR EUROLATINOAMERICANA
	26 e 27	Havana Cuba	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO, INFÂNCIA E JUVENTUDE • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÍVIDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JUNHO	22 e 24	México (se realizará no Campus Tecnológico de Monterrey (TEC) no D.F Organização a cargo do VIRTUAL EDUCA)	<ul style="list-style-type: none">• REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÉNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
		México DF (Organização Parlatino e Congresso mexicano)	<ul style="list-style-type: none">• REUNIÃO DA COMISSÃO DE POVOS INDÍGENAS E ETNIAS (REUNIÃO CONJUNTA COM TRABALHISTA NO DIA 20 PELO TEMA DIREITO AO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS)
	23 e 24	Panamá	<ul style="list-style-type: none">• REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS, ASSUNTOS JURÍDICOS E PREVISÃO SOCIAL (REUNIÃO CONJUNTA COM TRABALHISTAS NO DIA 20 PELO TEMA DIREITO AO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS)• REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA E POLÍTICAS CARCERÁRIAS• CONFERENCIA INTERPARLAMENTAR DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NA ESFERA DA SAÚDE DA COMISSÃO DE SAÚDE

JULHO	13	A definir	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DA COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES - SEMINÁRIO EM BRASÍLIA
	21 e 22	Paraguai	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA • REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DEFESA DO USUÁRIO E DO CONSUMIDOR
	28	Panamá	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA JUNTA DIRETIVA
AGOSTO	25 e 26	bBrasil (a confirmar)	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÍVIDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE CIDADÃ, COMBATE E PREVENÇÃO AO TERRORISMO, AO NARCOTRÁFICO E AO CRIME ORGANIZADO • II REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIREITOS HUMANOS
	17	Nova Iorque	<ul style="list-style-type: none"> • 66º PERÍODO DE SESSÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL DA NAÇÕES
	22 e 23	San Martin (a confirmar)	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO, INFÂNCIA E JUVENTUDE • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E PREVISÃO SOCIAL • REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

OUTUBRO	20 e 21	Chile	<ul style="list-style-type: none">• REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA• REUNIÃO DA COMISSÃO DE POVOS INDÍGENA E ETNIAS• REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS, MUNICIPAIS E DA INTEGRAÇÃO
NOVEMBRO	21 a 23	Bruxelas Belgica	<ul style="list-style-type: none">• ASSEMBLÉIA PARLAMENTARIA EURO-LATINOAMERICANA
DEZEMBRO	2 a 5	Panamá	<ul style="list-style-type: none">• REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO• REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE• DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA E POLÍTICAS CARCERÁRIAS ((SUBCOMISSÃO DE DENUNCIA E DE POLÍTICAS CARCERÁRIAS SE REUNIRÃO UM DIA ANTES DO DIAS 20))• DIRETIVA DE COMISSÕES• ASSEMBLEIA GERAL DO PARLATINO

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

PSDB - Mário Couto*
PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

PSDB - Cyro Miranda* (S)
DEM - Demóstenes Torres**
PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rego**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferrão**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rolemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- **. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- *****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
- *****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
PSDB	
Aécio Neves	1. Alvaro Dias
Cyro Miranda	2. Aloysio Nunes Ferreira
Flexa Ribeiro	3. Paulo Bauer
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

DEM	
José Agripino	1. Jayme Campos
Demóstenes Torres	2. Kátia Abreu
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
PSDB	
Cícero Lucena	1. Aécio Neves
Lúcia Vânia	2. Cyro Miranda
Marisa Serrano	3. Paulo Bauer
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello
DEM	
Jayme Campos	1. Maria do Carmo Alves

Notas:

1. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (6)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (6)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (12)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (2,5)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB) (4)
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (14)
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
PSDB	
Aécio Neves	1. Mário Couto
Aloysio Nunes Ferreira	2. Flexa Ribeiro
Alvaro Dias	3. Cícero Lucena (7)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (11)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (10)
DEM	
Kátia Abreu	1. Demóstenes Torres
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício n° 012/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 034/2011-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-LGPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
12. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 28/10/2009

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rego (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Alvaro Dias
Marisa Serrano	2. Cyro Miranda
Paulo Bauer	3. Cícero Lucena
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2.
DEM	
Maria do Carmo Alves	1. Jayme Campos
Kátia Abreu	2. José Agripino
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	1. Cícero Lucena
Marisa Serrano	2. Flexa Ribeiro
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
DEM	
Kátia Abreu	1. Jayme Campos
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

- Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB).
- Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
- Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e orientações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 27/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
PSDB	
Marisa Serrano	1. Cícero Lucena
Lúcia Vânia	2. Cyro Miranda
PTB	
	1.
	2.
DEM	
Demóstenes Torres	1. José Agripino
PSOL	
Marinor Brito	1.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rego (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	1. Aécio Neves
Lúcia Vânia	2. Cyro Miranda
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
DEM	
José Agripino	1. Demóstenes Torres
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Aloysio Nunes Ferreira
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Gim Argello

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
PSDB	
Flexa Ribeiro	1. Aécio Neves
Lúcia Vânia	2. Aloysio Nunes Ferreira
Paulo Bauer	3. Cyro Miranda
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
DEM	
Demóstenes Torres	1. Jayme Campos
PSOL	
	1.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
PSDB	
Aécio Neves	1. Lúcia Vânia
Cícero Lucena	2. Marisa Serrano
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
DEM	
Maria do Carmo Alves	1. Kátia Abreu
PSOL	
	1.

Notas:

- Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
- Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
PSDB	
Marisa Serrano	1. Aloysio Nunes Ferreira
Cyro Miranda	2. Flexa Ribeiro
PTB	
	1.
DEM	
Jayme Campos	1. Kátia Abreu
PSOL	
	1.

Notas:

- Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3303-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Designação: 11/05/2010

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
PSDB	
Cyro Miranda	1. Aloysio Nunes Ferreira
Flexa Ribeiro	2. Cícero Lucena
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
DEM	
José Agripino	1. Maria do Carmo Alves
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR

CARGO

OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 24/02/2011

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽²⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽³⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁴⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 16/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB-AL)

(Atualizada em 23.2.2011)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senao.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação:

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> FERNANDO COLLOR PTB - AL

(Atualizada em 23.2.2011)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai



Edição de hoje: 128 páginas

OS: 2011/10564